

Diário do Legislativo de 14/12/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 56ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg - pelos seus 50 Anos de Fundação

1.3 - 83ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 84ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - CORRESPONDÊNCIAS DESPACHADAS PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 12/12/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Doutor Viana - José Henrique - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - João Leite - Luiz Humberto Carneiro - Padre João - Paulo Cesar - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wander Borges - Weliton Prado.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h1min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 13, às 9 horas, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Durval Ângelo - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. José Maria Soares - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Almir Paraca - Dalmo Ribeiro Silva - Durval Ângelo - Elisa Costa - Padre João - Paulo Guedes - Rosângela Reis - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Elisa Costa, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Rafael Andrade, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg -; José Fernando Coura, Presidente do Sindiextra; e Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Paulo Camillo Penna, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração; Vereador Sudário Gomes de Medeiros, de Dionísio; José Francisco de Souza Filho, da Federação dos Vestuários de Minas Gerais; Reinaldo Cabral, Presidente da Federação dos Trabalhadores Urbanos; Geraldo Soares, Presidente de sindicato, em Dionísio; José Osvaldo de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Paracatu; Terezino Cordeiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Madeira e Lenha de Capelinha e Minas Novas; Eujácio Antônio, Diretor do jornal "Edição do Brasil", na pessoa do qual estendemos nossas saudações aos demais jornalistas presentes; Agostinho José de Sales, Presidente do Sindicato Metabase, de Brumadinho e região; Raimundo Martins da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Madeira de Córrego Novo; da Exma. Sra. Alessandra Parreiras Fialho, Chefe de Relações de Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais; e do Exmos. Srs. Agnaldo Figueiredo dos Reis, Vereador de Divinolândia de Minas; e Aplígio Guimarães, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg - pelos seus 50 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, sob a regência do Subtenente Marcos Soel Paulino.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Durval Ângelo

Exmos. Srs. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente desta Casa; Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; amigo José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg -; Rafael Andrade, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico; José Fernando Coura, Presidente do Sindiextra; sindicalistas de diferentes cidades de Minas Gerais já nominados; João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-Deputado Federal, constituinte e assessor da Federação; minhas senhoras; meus senhores; e telespectadores da TV Assembléia; gostaria de iniciar talvez fazendo duas breves linhas do tempo, que penso serem necessárias. Uma primeira será sobre a questão do sindicalismo no mundo e no Brasil, e uma segunda será sobre a questão da importância do extrativismo em Minas Gerais. Terminei, depois, falando sobre a Ftiemg.

O movimento sindical como conhecemos hoje é depositário de uma herança muito forte de organização dos povos oprimidos, no decorrer de toda a história humana. Havia contradições de classe, processo de exclusão e, em contrapartida, o seu oposto: a luta por sobrevivência, em alguns casos, melhores condições e ampliações de direito. Será a Inglaterra do início do século XIX, a Inglaterra da tradição de quatro anos em busca de direitos e redução do poder absolutista do rei, que, primeiro, proclama a questão dos direitos civis. Foi lá também que se deram a primeira e a segunda revolução industrial, caracterizando esse processo de acumulação do capital de forma mais clara com o surgimento da burguesia. Veremos, no início do século XIX, a organização das uniões do mundo do trabalho. Estas acabam por evoluir para a estrutura sindical que temos hoje.

As bandeiras de luta surgiram em um processo nascente do capitalismo em que a exploração era extrema e a jornada do trabalho era ampla, com 16 ou 18 horas. Havia também a exploração do trabalho feminino e, particularmente, um triste registro para a história da humanidade: a exploração do trabalho infantil. Será nessa Inglaterra que veremos essas organizações se ampliarem na busca da conquista de direitos, como a

limitação da jornada de trabalho, o estabelecimento de salário e também um direito fundamental: o direito de trabalhadoras e trabalhadores se organizarem no mundo do trabalho. É interessante que também da própria Inglaterra surgem idéias novas, do ponto de vista teórico do socialismo, superando a antiga visão idílica do socialismo utópico e construindo uma análise da estrutura do funcionamento do capitalismo e da sua superação de forma mais firme, a partir do capital. Então, toda a estrutura sindical que temos hoje, com toda a certeza, deve um tributo a essas uniões do mundo do trabalho e a esse processo de organização de trabalhadores de minas de carvão e das indústrias nascentes e têxteis de algumas regiões da Inglaterra, que acabaram por se constituir em muito da nossa organização de hoje.

O Brasil, com a mudança da força de trabalho, o fim da escravidão e o processo migratório do final do Século XIX e início do Século XX, é marcado por uma organização sindical mais livre do anarcossindicalismo.

É interessante ouvirmos falar hoje em tantas estruturas de organização de trabalhadores.

João Paulo, em 1906 foi criada a primeira Central Operária Brasileira - COB. Também em 1906, ocorreu a primeira greve geral no Brasil dos setores de transporte, padaria, outras incipientes indústrias alimentícias e setores de eletricidade e bonde que se organizavam na sociedade brasileira.

Registro a presença da Líder do PT, companheira Elisa Costa, e do Deputado do PSDB, Zé Maia. Sejam bem-vindos a esta homenagem.

O que ocorre no Brasil não é diferente de outros países. Mas, em países de capitalismo atrasado, a dura repressão foi mais forte. A repressão das alianças - governo e patrões, governo e capitalistas - fez-nos viver no Brasil um dos espetáculos mais duros. Chegaram a criar leis em 1920 que foram colocadas em prática em 1922, como a Lei Adolfo Gordo, de um Deputado, e que proibia qualquer militância de sindicalista estrangeiro no Brasil. Punia-se com extradição sumária, sem processo de julgamento, sem nenhuma participação na vida sindical. A década de 20 foi um período do Estado policial e da crise da política do café-com-leite. A repressão voltou-se mais violenta contra os trabalhadores.

Nesse grande e violento processo de exploração, nossa organização sindical ainda resistia, continuava sobrevivendo. No Estado Novo, de Getúlio, a partir de 1937, houve uma idéia nova de como controlar o movimento sindical. Getúlio Vargas percebeu que a repressão era um pouco como a teoria do bolo. Qualquer dona de casa sabe que, quanto mais se bate, mais o bolo cresce. Getúlio adotou uma nova estratégia, copiando a Polaca, por meio do mineiro Chico Campos. Em 1937, montou no Brasil toda uma estrutura sindical baseada na "Carta Del Lavoro", na Carta do Trabalho, de Mussolini. Passamos a ter o sindicalismo oficial, consentido, ou, como diziam alguns historiadores, sindicalismo amarelo. Foi criada toda uma estrutura sindical. Os sindicatos poderiam viver sem sócios, sem trabalhadores, e a repressão foi muito mais refinada pelo imposto sindical e outras questões que se abateram fortemente sobre o movimento sindical.

É evidente que isso não ocorria sem tensões. Havia tensões permanentes, mesmo no período da repressão dura de Getúlio, que alguns consideram o pai dos pobres. Outros dizem que ele foi o pai dos pobres, mas a mãe dos ricos. Quem é mais bondoso com seus filhos? Em todas as histórias de família, o coração de mãe é muito maior. Mas toda essa história se deu com muita tensão.

Os anos 50 representam uma retomada desse novo sindicalismo. Era ano de força dos ferroviários, de organização das ligas camponesas com Francisco Julião, deixando de ser um fenômeno restrito de Pernambuco ou do Nordeste brasileiro, chegando em todo o País. O sindicalismo rural tem grande força no Brasil inteiro. Também os trabalhadores das indústrias extrativas começam a se organizar de forma mais forte.

Conhecemos bem o capítulo da ditadura. O Golpe Militar ocorreu em 1º de abril, muito embora não gostem de admitir essa data para o Golpe, pois 1º de abril é considerado o dia da mentira. O Golpe Militar ocorreu na madrugada de 1º/4/64, e foram 19 anos, 20 anos de uma repressão violenta contra sindicalista e todos que pensavam diferente.

É importante para nós o marco dos anos 80, a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, onde tínhamos um grande sindicalista muito combativo, o João Paulo Pires. Aí, começa a nascer um novo sindicalismo no Brasil, que logo plantou semente nos servidores públicos, especialmente da educação do Rio Grande do Sul, passando por Minas, São Paulo, até o Nordeste, ajudando, de alguma forma, a fortalecer o movimento. E contribuiu também com o surgimento dos metalúrgicos, no ABC; dos bancários, em Belo Horizonte e no Rio Grande do Sul; dos petroleiros de Paulínia, e tantos outros.

Penso que todos os sindicalistas aqui presentes, todos que militam na vida sindical, são tributários de uma bela história, e não nos podemos esquecer disso. O povo que perde sua história perde sua memória; quem perde sua memória perde sua cultura; quem perde sua cultura é um povo dominado. Temos de ter isso sempre em mente nessa história de luta.

A segunda linha de tempo, também curtinha, que gostaria de fazer é a questão dos ciclos extrativistas em Minas Gerais. O que marca Minas Gerais são os ciclos extrativistas nos diferentes momentos da história: a busca do ouro, todos os conflitos e as idéias libertárias que eles traziam. Então veremos a questão de todo o processo de ocupação do sertão e do interior de Minas em busca do ouro, ou, no caso dos bandeirantes paulistas, o sonho da esmeralda e tantos outros sonhos de pedras preciosas. O diamante na região de Diamantina e em todo o Jequitinhonha. Veremos que todo o processo de ocupação de Minas, todo o processo de luta que se deu no Estado tem a ver com a questão da indústria extrativista: o processo de ocupação, de espoliação, de resistência na extração do minério; e, mais recentemente, o ouro verde, que se chama eucalipto, todo o processo de indústria extrativa, de ocupação do deserto verde, de resistência, de luta. Já fizemos tantas reuniões na Comissão de Direitos Humanos, e isso já é cartilha, de cor e salteado, para todos vocês.

Celebramos hoje 50 anos de uma federação herdeira dessas duas vertentes que citei, uma federação combativa, que organiza os trabalhadores, que procura ser resposta à luta dos trabalhadores, que tem hoje, à frente, o companheiro José Maria, que já foi ameaçado de morte - já tentaram matá-lo. Um companheiro que tem fibra, resistência, que é herdeiro de toda a tradição dessa primeira vertente. Uma federação ligada ao próprio ciclo de ocupação, de desenvolvimento e de feitura de Minas Gerais. Não é à toa que temos o nome de Minas Gerais.

Com toda a certeza, Minas é ouro, é diamante, é ferro. E são os trabalhadores de Minas Gerais que produzem essa riqueza e, tendo à frente a sua Federação, são muito mais que isso: é gente, é carne, é ser humano.

Celebramos o aniversário de uma federação, de uma base sindical pela qual já passaram, além do José Maria, tantas lideranças expressivas. Poderia citar aqui 3, 4, 5, 10; mas quero citar só um homem que, para mim, é um exemplo pessoal de vida, uma referência. A maior alegria que tive, como Deputado, foi quando pude apresentar um projeto de lei anistiando-o - ele foi cassado pelo arbítrio. E minha maior alegria foi quando pude editar e prefaciá-lo o livro de Michel Le Ven sobre sua vida, sua história. Agora, ao citar o seu nome, não podemos fazê-lo sem que haja muitos aplausos no Plenário. Estou falando do José Gomes Pimenta, o companheiro Dazinho.

Como dirigente dos mineiros de Nova Lima, nas lutas pelo aumento do salário mínimo do final dos anos 50 e dos anos 60, o nosso João Paulo já militava - sabe, Djavan - no movimento sindical; nós, não.

O João era o primeiro da fila nesta Assembléia. O nome do Dazinho marcou toda essa luta. Foi Deputado aqui, cassado pelo arbítrio da ditadura militar, e um cristão comprometido. Não podemos nunca deletar das nossas memórias o que representou a ditadura militar. O interessante é que o título do livro de Dazinho, "Um Cristão nas Minas", emergiu com muita rapidez e facilidade. Por que nas Minas? Porque ele era mineiro de profissão, trabalhava na mina de Nova Lima para tirar dali o ouro que, muitas vezes, não chegava à casa ou à mesa dos trabalhadores brasileiros, porque ia para o exterior. Era duplamente mineiro, porque nasceu neste Estado, e triplamente mineiro, porque conhecia as profundezas das minas interiores do ser humano. Era um homem de grande sensibilidade.

Ao comemorarmos hoje os 50 anos da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg -, fico feliz por ter sido escolhido por ela para fazer esta homenagem, por saber que por trás da Federação há os lenhadores, o pessoal que corta os eucaliptos, os mineiros das minas mais profundas e ainda, Zé Maria, tem o nome do Dazinho. Parabéns! Como disse Fernando Pessoa, quando escreveu o poema "Mar Português", em que fala das conquistas de Portugal - poderia falar das conquistas da Federação -, muito do sal daquele mar eram lágrimas de Portugal ou lágrimas dos povos dominados; e quem não tiver coragem ou ousadia de atravessar o Bojador, o cabo, não irá além da dor. Ele termina esse poema de forma extraordinária, com versos que acho que são consagrados e que ofereço a toda a diretoria da Federação, aos homens e mulheres sindicalistas das indústrias extrativas que aqui estão: "Tudo vale a pena se a alma não é pequena". E hoje estamos homenageando vocês, que têm uma alma muito grande, do tamanho do mundo, do infinito. Parabéns.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a vídeo institucional da entidade homenageada nesta noite.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, o Deputado Alberto Pinto Coelho, fará entrega ao Sr. José Maria Soares, Presidente da Ftiemg, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "As atividades desenvolvidas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg - revelam o comprometimento com seus filiados, que dispõem da total assistência da entidade para a melhoria da qualidade de vida, a garantia de boas condições de trabalho e a conscientização política. A homenagem do Legislativo mineiro à Ftiemg pelos 50 anos de serviços prestados aos trabalhadores do ramo e ao Estado".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento, para também fazer a entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. José Maria Soares

Senhoras e senhores, boa noite. Em nome da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais, cumprimento o Deputado José Henrique, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, na pessoa de quem cumprimento os demais companheiros da Mesa e todos os presentes.

Hoje, 28 de novembro de 2007, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais completa 50 anos de existência. Desde a sua fundação, na década de 50, a Ftiemg tem sido um símbolo de resistência do trabalhador. Sua luta por melhores condições de trabalho e pela dignidade do ser humano atravessou 50 anos, chegando aos dias atuais. Ao longo desse período, os trabalhadores conquistaram muitas vitórias, todas consequência de lutas árduas e persistentes negociações, tanto com os empresários quanto com o governo. Mas devemos lembrar que ainda há muito a se fazer.

Nossa realidade apresenta, ainda nos dias de hoje, casos de total desrespeito à legislação trabalhista. Existem milhares de pessoas em condições precárias de trabalho. A federação extrativa representa muitos desses trabalhadores, já que a extração é um setor amplo e vigoroso em Minas Gerais. Nossa entidade é composta por sindicatos, que atuam em suas regiões. Representamos ainda os trabalhadores inorganizados, aqueles que não possuem uma entidade sindical em sua base de atuação. Por representarmos milhares de trabalhadores, a federação extrativa desempenha um papel vital: o de defender os interesses de uma categoria profissional ampla e diversificada. Representamos o trabalhador que enche um forno a carvão, que corta a lenha e que extrai o minério de ferro do fundo da terra. Somos uma entidade com milhares de corações, que anseiam por um mundo mais igual, em que a riqueza gerada pelo trabalho possa ser dividida com maior igualdade.

Hoje é um momento de comemoração e de recordação. Devemos lembrar os momentos de vitória, que muito nos orgulham, mas este também é um momento de pausa, de reflexão. Ainda há muito a se fazer. Que cada um reflita e pergunte a si mesmo: o que posso fazer para melhorar o mundo em que vivo? O que posso fazer para amenizar a exploração que insiste em destruir a vida de tantos trabalhadores?

Como Presidente da Federação Extrativa e como sindicalista, trabalhador e brasileiro, agradeço a presença de vários companheiros e companheiras, sindicalistas e autoridades, como a representante do Ministério do Trabalho, a Dra. Alessandra, ao Aílton e a outros, ao Deputado Durval Ângelo, ao Deputado José Henrique, que está conduzindo essa cerimônia, ao Secretário de Governo, ao Dr. Fernando Coura.

Lutamos muito para melhorar as condições de trabalho. Agradeço aos meus companheiros sindicalistas, também aos companheiros Presidentes de sindicatos de cada base, que também têm travado sua luta por melhores condições de vida; e a todos os outros companheiros de luta no dia-a-dia, aos funcionários da Ftiemg, que também trabalham arduamente para melhorar as condições de vida dos trabalhadores; à assessoria jurídica, à assessoria de comunicação, enfim, a todos que, de certa forma, dão sua contribuição; aos meus filhos e ao meu neto, que estão ali e que têm-me ajudado muito. Sem eles não vamos para a frente. Acima de tudo, agradeço a Deus, em primeiro lugar, por nos dar força, coragem e determinação. É dessa forma que quero terminar, agradecendo a todos, orgulhoso pelos 50 anos que a Federação completa hoje. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir, da Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, sob a regência do Subten. Marcos Soel Paulino, as canções "Oh, Minas Gerais!" e "Dobrado 220".

- Procede-se à apresentação musical.

O Deputado Durval Ângelo - Fugindo ao protocolo, gostaria de dizer que esta Casa tem um grande carinho pelos Bombeiros Militares. O projeto

que mais rápido tramitou foi a emenda que tornou independente o Corpo de Bombeiros, tamanho o carinho que todos os Deputados têm pela corporação. Deixamos nosso agradecimento pelos relevantes serviços que prestam.

Abusando da banda de vocês e do Subtenente Marcos, gostaria que executassem mais um número. Hoje, dia 28, a Ftiemg comemora 50 anos. Toquem "Parabéns para você" em homenagem à luta desses sindicalistas. À dor e à alegria, às lágrimas e aos sorrisos, frutos da luta pela organização sindical. Que possamos aproveitar os 50 anos para tocar "Parabéns para você".

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Rafael Andrade, Secretário Adjunto do Desenvolvimento Econômico; José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais; José Fernando Coura, Presidente do Sindiextra; Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, a quem parabeno. Quero dizer que, hoje, nesta Casa, neste Plenário, já tivemos três reuniões, e ele esteve aqui por várias vezes na tribuna, debatendo algum projeto. Nesta noite, entretanto, de forma diferente, ele nos deu uma aula sobre a história do sindicalismo, desde sua fundação na Europa e no Brasil. Parabeno-o por esta homenagem. Quero cumprimentar ainda a Deputada Elisa Costa, Líder do PT; o João Paulo Pires, ex-Deputado, ex-Secretário de Estado e sindicalista; os demais sindicalistas presentes; os familiares que trabalham na indústria extrativista; e o Subten. Marcos Soel Paulino e a Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar, que nos honra e traz mais alegrias para esta Casa.

Há 50 anos a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais vem se destacando na importante tarefa de representar, em uma federação estadual, os trabalhadores e os sindicatos da indústria extrativa mineral e vegetal. Além de auxiliar seus filiados nas questões concernentes aos direitos trabalhistas, vem promovendo cursos e seminários sobre temas de interesse fundamental para os trabalhadores, como a segurança, a prevenção de doenças do trabalho e as perspectivas do mercado profissional. Sua atuação também abarca, além da atenção ao crescimento econômico das localidades de sua base territorial, o cuidado com os associados e seus familiares, no que diz respeito à assistência social e previdenciária bem como à saúde e à educação. Entre suas ações mais reconhecidas em prol dos associados que trabalham nas atividades de florestamento e carvoejamento, encontram-se as denúncias à terceirização ilegal e ao trabalho escravo e infantil nas carvoarias das empresas plantadoras de eucalipto. Tem também auxiliado na fiscalização das condições de trabalho e realizado negociações salariais em benefício dos trabalhadores extrativos. Contando hoje com 29 sindicatos, foi inicialmente constituída pelos sindicatos de Nova Lima, Mariana, Congonhas do campo, Cachoeira do Campo, Conselheiro Lafaiete e Itabira. É a única entidade no Brasil que também abrange as associações das categorias dos assalariados na extração de madeira e lenha, florestamento e reflorestamento, além do extrativismo mineral.

No entanto, de uma base estimada em 100 mil trabalhadores no setor, num universo de mais de 1.700 empresas, apenas 18 mil estão sindicalizados, podendo, entre outras vantagens, gozar de assistência médica na prática de uma profissão sujeita a acidentes fatais e a aposentadorias por invalidez. As causas de acidentes e doenças profissionais ligam-se a fatores sociais, como a baixa escolaridade do trabalhador e a carência de treinamentos visando à prevenção. Muitas empreiteiras têm contratado empregados de forma irregular, sem lhes oferecer um serviço especializado em saúde, higiene e segurança do trabalho. Quase 3% das aposentadorias por invalidez e quase 2% dos acidentes fatais no Brasil ocorrem na indústria extrativa, números bastante altos, em parte devido ao uso de equipamentos de proteção inadequados.

Portanto a luta da Federação em prol da importância dos sindicatos e, em última instância, em defesa dos trabalhadores do setor merece o apoio e o engajamento de todos nessa importante e urgente missão. Em nome da Assembléia Legislativa e de todo o povo mineiro por ela representado, cumprimentamos o atual Presidente, José Maria Soares, que leva adiante, com bastante empenho, essas cinco décadas de realizações de uma das mais combativas federações sindicais de Minas Gerais. Acreditamos no sucesso dessa luta, em nome da qualidade de vida e da evolução econômica e social dos trabalhadores representados pela entidade, tendo em vista um país mais justo, capaz de oferecer a plena cidadania a cada um de seus habitantes. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 29, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 83ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/12/2007

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Atas

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Questões de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, gostaria de uma explicação, porque, na sexta-feira, apresentamos à Comissão de Fiscalização Financeira um requerimento em que solicitamos uma nota técnica da Secretaria de Fazenda, esclarecimentos sobre as emendas apresentadas pelas Sras. e Srs. Deputados e que não foram acatadas. O motivo é que, no parecer do relator, não havia justificativa plausível. Eu gostaria de saber de V. Exa. se a Mesa já tem essa informação, se o requerimento já foi encaminhado à Secretaria de Fazenda ou não.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado que verificaremos e, oportunamente, faremos os devidos esclarecimentos.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, temos de apreciar o Projeto de Lei nº 1.585/2007, do Governador do Estado, um projeto que já se encontra em faixa constitucional, sobrestando a pauta. Precisamos de 39 votos para a sua apreciação. V. Exa. pode perceber que não há comissão em funcionamento, portanto, solicito o encerramento, de plano, da reunião, para que haja o quórum necessário para a apreciação da matéria.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 12, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/12/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Durval Ângelo e Irani Barbosa; aprovação - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a ata é sempre um retrato fiel e real da reunião anterior. Por isso, é o instrumento que faz registros para a posteridade. Com toda a certeza, servirá de fonte de estudos para pesquisadores, estudiosos e historiadores que desejarem adentrar os meandros do processo legislativo da Casa Maior de leis de Minas Gerais. Para que seja feito esse registro fiel, é importante colocar na ata o motivo que levou este Deputado a solicitar o encerramento da reunião de ontem à noite. Este Deputado justificou o seu pedido dizendo que a matéria tributária que iríamos apresentar exigia quórum qualificado de 39 parlamentares. Naquele momento, não tínhamos nem sequer 25 Deputados neste Plenário. No meu entender, um tema dessa importância, que tem trazido tanta paixão, tanta controvérsia a respeito de mudanças na lei tributária do ICMS e, ao mesmo tempo, tantas especulações - como é normal em qualquer matéria tributária - não poderia ser apreciado sem quórum qualificado. Seria, a meu ver, uma redução da qualidade do processo legislativo, que deve acontecer em sua plenitude, em sua legalidade plena. Um aspecto fundamental dessa legalidade é a questão da exigência do quórum.

Sabemos que essa matéria tem dezenas e dezenas de emendas que demonstram o interesse dos Deputados pela causa pública e, principalmente, pelo contribuinte. Sabemos que Minas Gerais é o Estado da Federação com a maior carga tributária. O jornal "O Tempo" trouxe, de forma muito clara, em uma reportagem publicada há algumas semanas, a altíssima carga tributária do Estado. A maioria dos Estados do Brasil paga 2% de IPVA, e, Minas, graças a um presentinho do Eduardo Valério Azeredo, paga 4%. Nessa época, eu já era Deputado, essa medida só foi aprovada às 23 horas do dia 31 de dezembro do ano em questão. O Sr. Eduardo Valério Azeredo, que encaminhou a matéria, é colecionador de miniaturas de carros e de tampinhas de garrafa, "hobby" muito criativo, inteligente e intelectual. Em relação aos outros tributos, como por exemplo o do álcool, pagamos 25%, enquanto todos os Estados pagam 12%. Eu poderia enumerar vários

outros aspectos.

Gostaria que constasse na ata o motivo pelo qual suspendi a reunião, que não foi por obstrução, pois, se aqui estivessem os 39 Deputados, com toda a certeza, mesmo que houvesse alguns pianistas que digitassem os nomes, apesar de estarem em Brasília e em São Paulo, não levantaria problemas e olharia pela questão formal, mesmo que acredite haver muitos candidatos a artista "pianando" por aqui. Se estivessem presentes 39 Deputados, mesmo que fossem pianistas, não criaria problemas em relação à votação da matéria.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, muito obrigado pela gentileza. Agradeço também ao Deputado Bonifácio Andrada.

O Sr. Presidente - O nome do Deputado é Lafayette de Andrada.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, chamei-o de ancestral, porque esse pessoal, antes de os portugueses chegarem, já estava aqui com a escritura na mão para mostrar que eram os donos da terra. Qualquer um que seja Bonifácio, Andrada e Barbacena veio para cá mais esperto do que todos nós juntos.

Sr. Presidente, ocupo esse microfone porque algumas notícias nos preocupam. As manchetes dos jornais divulgam que foi desarticulada uma quadrilha de sonegadores de ICMS ligada ao setor metalúrgico de Minas Gerais e de Pernambuco. Isso é algo da maior gravidade.

Em outra matéria, o Presidente da OAB...

O Sr. Presidente - Deputado, em seguida, concederei a palavra pela ordem a V. Exa., porque esse assunto não tem relação com a ata.

O Deputado Irani Barbosa - Eu chegarei lá. Há um preâmbulo. Todo livro tem o prefácio, a dedicatória e uma série de itens. V. Exa. é um senhor formado em Medicina, lê muito, é intelectual e viajado, fala várias línguas. Pelo amor de Deus, não vamos tocar os trabalhos da Casa como os outros Presidentes do passado, que nunca saíram do entorno desta cidade, ou tinham de pegar um barbante para fazer isso, senão não conseguiam voltar.

O Presidente da OAB solicitou ao governo do Estado, taxativamente, que cumpra o pagamento de precatórios no valor de R\$570.000.000,00. De acordo com o que discutimos nessa ata, algumas empresas, como a RG e a Múltipla, que têm precatórios a receber do Estado e débitos de ICMS para compor com Minas Gerais, estão sendo beneficiadas com as emendas desse projeto, que reduzem as suas dívidas a 10%.

Mas a dívida do Estado não está sendo mexida. Há o caso da Ricardo Eletro, que deve uma fábula, e de outras, cujos nomes citaremos na parte da tarde, que são gigantescas. Neste momento em que vemos emendas a esse projeto para atender A ou B ou para atender uma única empresa, uma siderúrgica de transporte de gusa, que também deve uma fábula para o nosso Estado, isso nos coloca na rota de investigação da Polícia Federal por formação de quadrilha e por benefício, em prejuízo do Estado.

Não estou pedindo a V. Exa., mas ao Governador do Estado que retire esse projeto, para que não tenhamos o nome de ladrões, uma vez que o nosso ex-Presidente já está sendo investigado por corrupção e desvio de verba de publicidade desta Casa. Solicito a V. Exa., junto com todos os Deputados que têm honra nesta Casa, que solicite ao Sr. Governador que retire esse projeto, sob pena de nos transformarmos em bandidos da noite para o dia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, precisamos de 39 Deputados para a votação dessa matéria, mas temos em Plenário menos de 20. Sendo assim, solicito a V. Exa. o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência lembra ao Deputado que são necessários 26 Deputados para discussão e 39 para votação.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, V. Exa. encerrou a discussão, então não estaríamos mais nessa fase.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 31ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 21/11/2007

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, da qual designou o relator citado a seguir: em turno único, Projeto de Lei nº 1.692/2007 (Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.450/2007. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.569/2007. Registra-se a presença do Deputado Luiz Tadeu Leite. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com a de Defesa do Consumidor e Contribuinte, para, em audiência pública, se discutirem a efetiva regulamentação e fiscalização do disposto na Lei nº 11.547, de 1994, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres localizados às margens das rodovias, tendo em vista a Política Nacional de Combate ao Alcool; Sargento Rodrigues (4), em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater as inovações trazidas pela Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, que contém o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências, aprofundando a discussão sobre as novas regras de promoção inseridas nesse diploma legal;

em que solicita sejam encaminhados ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao Secretário de Estado de Defesa Social os documentos em anexo, relativos às providências tomadas por autoridades da Comarca de Ponte Nova com relação à cadeia pública local antes da tragédia ocorrida em 23/8/2007, quando foram assassinados 25 detentos; em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Vice-Governador do Estado, com vistas a providência em relação ao manifesto em anexo, encaminhado pelos Delegados de Polícia lotados na 19ª Delegacia Seccional; em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que participaram da ocorrência no dia 12/11/2007, que culminou na apreensão de adolescente de 17 anos acusado de baleiar o vendedor Charles Gonçalves Viana, durante um assalto; solicita ainda, seja dada ciência desse requerimento ao Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 29ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 22/11/2007

Às 11h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício publicado no "Diário do Legislativo", de 15/11/2007, do Sr. Elmo Braz Soares, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado. A seguir comunica que foi prorrogado até o dia 28/11/2007 o prazo para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.615 e 1.616/2007, e que está aberto até o dia 30/11/2007 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 1.826/2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 524/2007 (Deputado Antônio Júlio) e 1.745/2007 (Deputado Sebastião Helvécio), no 1º turno. Registra-se a presença do Deputado Agostinho Patrús Filho. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 952/2007 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho); 1.522/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 1.583/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 1.682/2007 (relator: Deputado Jayro Lessa). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 864 e 1.068/2007, 972 e 1.124/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputada Elisa Costa e Deputado Sebastião Helvécio. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/2007 na forma do Substitutivo nº 2, o Presidente defere o pedido de vista da Deputada Elisa Costa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2007.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrús Filho - Elisa Costa - Sebastião Helvécio.

ATA DA 26ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 26/11/2007

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para debater sobre Diplomacia Parlamentar. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Mary Caetana Aune, Secretária Nacional Adjunta para Assuntos Externos da Comunidade Baha'i do Brasil; Elaine Cristina Gonzaga da Silva, Pesquisadora do Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento; e Leonora dos Santos Guarda, Assistente de Consultoria da Entidade Universitas e Fundação Alexandre de Gusmão, representando o Sr. Orlando Fantazzini Neto, Consultor do Instituto Universitas, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 13ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 26/11/2007

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar propostas de ação legislativa originárias das audiências públicas do PPAG. O Presidente acusa o recebimento, em turno único, da Proposta de Ação Legislativa nº 571/2007 (relator: Deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após a discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 43, 89, 90, 95, 96, 98, 122, 145, 174, 314, 317, 362, 364, 421, 424, 432, 442, 443, 444, 481, 483, 488, 489, 490 e 499/2007 (relator: Deputado André Quintão), 128, 129, 130, 146, 148, 168, 170, 227/2007 (relator: Deputado Carlin Moura), 151, 158, 278, 279, 282, 540 e 542/2007 (relator: Deputado João Leite); que receberam parecer por sua aprovação na forma de emendas apresentadas; as Propostas de Ação Legislativa nºs 299, 302, 304 e 328/2007 (relator: Deputado André Quintão), 138, 140, 141, 142, 143, 149, 150, 171 e 173/2007 (relator: Carlin Moura), 152, 153, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 273, 276, 277, 280, 295, 296, 297, 298 e 307/2007 (relator: Deputado João Leite), que receberam parecer pela sua aprovação na forma de requerimentos apresentados; as Propostas de Ação Legislativa nºs 309/2007 (relator: Deputado André Quintão), 272, 274 e 275/2007 (relator: Deputado Carlin Moura), 278 e 279/2007 (relator: Deputado João Leite), que receberam parecer pela sua aprovação na forma de emendas e requerimentos apresentados. São rejeitadas as Propostas de Ação Legislativa nºs 327/2007 (relator: Deputado André Quintão), 144/2007 (relator: Deputado Carlin Moura) e 160/2007 (relator: Deputado João Leite). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 27/11/2007, às 14h30min, em 28/11/2007, às 10h30min e 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2007.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Cultura NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/11/2007

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.468, 1.496 e 1.507/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente - Rosângela Reis - Eros Biondini.

ATA DA 34ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/12/2007

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.785/2007 (Deputado Carlin Moura) e 1.789/2007 (Deputada Ana Maria Resende), em turno único. Registra-se a presença da Deputada Maria Lúcia Mendonça. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Deiró Marra, que conclui, em 1º turno, pela aprovação do Projeto de Lei nº 30/2007, na forma do Substitutivo nº 3, com as Emendas nºs 2 a 5, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 6, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Carlin Moura. O Projeto de Lei nº 1.565/2007, em 1º turno, é convertido em diligência ao Conselho Estadual de Educação, a requerimento da relatora, Deputada Ana Maria Resende, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.352/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), 1.668 e 1.694/2007 (relator: Deputado Carlin Moura) e 1.717/2007 (relator: Deputado Deiró Marra), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.435, 1.444, 1.495, 1.498 e 1.540/2007. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.535, 1.548, 1.574, 1.575, 1.579 e 1.617/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência acusa o recebimento de requerimentos das Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e dos Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos para, em audiência pública, debater a crise institucional por que passa a Fundação Mineira de Educação e Cultura; do Deputado Carlin Moura em que solicita reunião para, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 30/2007. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Ana Maria Resende em que solicita visita desta Comissão ao Conselho Estadual da Educação, para conhecer o local e seu funcionamento; das Deputadas Ana Maria Resende e Maria Lúcia Mendonça, e dos Deputados Deiró Marra e Carlin Moura em que solicitam seja realizada visita à Curadoria de Fundações do Ministério Público Estadual, com vistas ao debate da crise institucional que assola a Fumec e solicitar providências para solucionar as irregularidades praticadas na instituição, conforme denúncias apresentadas à Comissão; Carlin Moura, em que solicita reunião para, em audiência pública, discutir as demissões sumárias de diversos professores da Fumec, bem como a crise que assola a instituição; em que solicita sejam ouvidos sobre o mesmo assunto nesta reunião Alexandre Freire e Fabrício Marques, professores demitidos da Fumec, Cecília Areas, representante do Sinpro, e Leonardo Fernandes, aluno da Fumec, Djalma Diniz em que solicita reunião para, em audiência pública, debater a decisão da Secretaria de Educação, de desmembrar parte do terreno onde está situada a Escola Estadual Padre José Maria de Man, conhecida como "Colégio Polivalente", localizado no Município de Coronel Fabriciano, para doação à União, a fim de que seja construído o Fórum da Justiça do Trabalho, além de visita desta Comissão ao local; Dinis Pinheiro em que solicita reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor para, em audiência pública, debater o tema "A Criança e o Consumismo - o papel da família, do Estado, da mídia e da sociedade em geral"; Deiró Marra, em que solicita seja formulado apelo à Secretaria de Ciência e Tecnologia, com vistas à implantação imediata de um restaurante universitário no campus da Unimontes, em Montes Claros; Carlos Pimenta em que solicita seja formulado apelo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com vistas à implantação de um anexo do Restaurante Popular de Montes Claros, no campus Universitário da Unimontes, em que solicita seja formulado apelo ao Comandante Geral da Polícia Militar com vistas à instalação de guaritas de segurança nas proximidades das duas vias de acesso ao campus universitário da Unimontes em Montes Claros; Ruy Muniz em que solicita sejam requeridas à Uemg e à Unimontes cópias dos seus estatutos, além de informações que menciona; em que solicita seja requerido à Unimontes cópia do seu Regimento Interno; em que solicita sejam requeridas à Fadenor cópias dos relatórios de atividades da Fundação, referentes aos últimos 5 anos, com as especificações que menciona; e da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Paulo Guedes, Luiz Tadeu Leite e Ruy Muniz em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para, em audiência pública, debater a qualificação profissional e a inserção de jovens no mercado de trabalho norte mineiro, em especial no Município de Montes Claros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2007.

Deiró Marra, Presidente - Gláucia Brandão - Carlin Moura.

ATA DA 34ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/12/2007

Às 10h15min, comparecem no auditório do Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam - os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca e Hely Tarquínio (substituindo este ao Deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do PV), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a implementação de políticas públicas para a pesca no Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos, encaminhando denúncia de degradação ambiental pelo funcionamento irregular de uma pedreira em Ouro Preto; José Maria de Castro Matos, Prefeito Municipal de Morro da Garça, e da Sra. Liliane Diamantino Boaventura, Coordenadora da Agenda 21 Local, convidando a Comissão de Meio Ambiente para fazer uma parceria no desenvolvimento do Projeto Coletivo Educador, e para participar do 1º Fórum Intermunicipal de Meio Ambiente, a ser realizado em

26/1/2008, no Município de Morro da Garça; e ofício do Sr. Carlos Albérico Villar, do Consulado-Geral do Uruguai em Belo Horizonte, publicada no "Diário do Legislativo", em 29/11/2007. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Rander, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, representando o Sr. Antônio do Valle Ramos, Prefeito Municipal de Patos de Minas; Vereador João Batista Donizete da Cruz, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Patos de Minas, representando o Presidente, Vereador Heitor de Oliveira; Marcelo Coutinho Amarante, da Gerência de Gestão de Fauna Aquática e Pesca do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, representando o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos de Carvalho, e também o Diretor-Geral do IEF, Humberto Candeias Cavalcanti; Edson de Paula Gomes, assessor técnico da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca de Minas Gerais, representando o Chefe do Escritório da Seap, Wagner Benevides; Major PM Roberto Carlos Campos, Comandante da 10ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito; Raimundo Ferreira Marques, Presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Minas Gerais; Valmiro Antônio Pereira, representante dos Pescadores de Patos de Minas; e Valtinho Quintino da Rocha, representando o Sr. Miguel Ferreira de Andrade, Presidente da Colônia Z-5 dos Pescadores de Três Marias, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Hely Tarquínio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão em Patos de Minas, com os convidados que menciona, para analisar e debater o zoneamento das águas dos lagos das represas de Nova Ponte, Miranda, Capim Branco I e II, que impõe limitações à pesca profissional e amadora, especialmente nos rios Quebra-Anzol e Salitre; Ana Maria Resende em que solicita seja realizada audiência pública, com os convidados que menciona, conjuntamente com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para debater sobre alternativas para conviver com a seca e propiciar a sobrevivência dos seres vivos da região do Norte de Minas; e Sávio Souza Cruz, Domingos Sávio, Fábio Avelar e Antônio Carlos Arantes em que solicitam seja realizada audiência pública, com os convidados que menciona, juntamente com a Comissão de Administração Pública, para debater a atual sistemática sobre licenciamento ambiental, com o objetivo de avaliar o grau de eficiência do atual modelo legal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e aos demais participantes a presença e os importantes subsídios prestados a esta Comissão; agradece ao Dr. Raul Scher, Reitor do Unipam, a cessão do auditório para a realização do evento; agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Padre João - Lafayette de Andrada.

ATA DA 22ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/12/2007

Às 18h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Domingos Sávio, Inácio Franco e Wander Borges (substituindo este ao Deputado Chico Uejo, por indicação da Liderança do PSB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.770/2007 (Deputado Inácio Franco) e 1.854/2007 (Deputado Domingos Sávio), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 com as Emendas nºs 1 a 9 e 12 a 17, da Comissão de Constituição e Justiça, 19 a 26, apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 10, 11 e 18, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Elmiro Nascimento); e dos Projetos de Lei nºs 1.770/2007 com as Emendas nºs 1 a 5 apresentadas pela Comissão e Constituição e Justiça, e a Emenda nº 6, apresentada (relator: Deputado Inácio Franco), e 1.854/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. (relator: Deputado Domingos Sávio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2007.

Ademir Lucas, Presidente - Chico Uejo - Inácio Franco - Domingos Sávio - Almir Paraca.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 6/12/2007

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 555/2007, que dispõe sobre a política estadual de incentivo a empreendimentos de panificação e dá outras providências. Registra-se a presença dos Deputados Sebastião Costa e Antônio Júlio. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Cláudio Paiva, Superintendente de Industrialização, representando o Sr. Márcio Araújo de Lacerda, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Vinícius Dantas, Vereador, Vice-Presidente da Associação Mineira da Indústria de Panificação, representando o Sr. Antônio de Pádua Moreira, Presidente da Associação Mineira da Indústria de Panificação; e a Sra. Isabel Maria Saraiva, técnica da Unidade de Desenvolvimento, representando o Sr. Roberto Simões, Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-Sebrae-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Eros Biondini, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - Eros Biondini - Bráulio Braz.

ATA DA 28ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 6/12/2007

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta, Antônio Júlio e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício dos Srs. Jairo José Isaac, Gustavo Soares da Silveira e Décio Freire, em que encaminham esclarecimentos sobre denúncias formuladas em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, em 22/10/2007; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Diego Faleck, Chefe de Gabinete da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (25/11/2007); Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda; Cláudio Vilaça, Presidente da Orgapol; e

da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Igam (22/11/2007). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.747/2007, no 1º turno, para o qual designou como relator o Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 898/2007 na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pelo relator, Deputado Deputado Carlos Pimenta. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.560/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é rejeitado o Requerimento nº 1.473/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Délio Malheiros e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão e da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para discutir a notícia da implantação, pela Prefeitura de Belo Horizonte, de sistema de rodízio de veículos, nos moldes do adotado na cidade de São Paulo; e da aplicação de multas por via eletrônica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Walter Tosta - Célio Moreira.

ATA DA 32ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 21/11/2007

Às 9h17min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 755/2007, no 1º turno (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 755/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.448/2007, das Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis, e 1.454/2007, da Comissão de Direitos Humanos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - André Quintão - Ademir Lucas - Inácio Franco - Domingos Sávio.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2007, às 10 horas, na Câmara Municipal de Brasilândia de Minas, com a finalidade de discutir, em audiência pública, a exploração de gás natural na Bacia dos Rios Paracatu e São Francisco, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.840/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ademir Lucas, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Centro Infantil e Social Pequeno Príncipe, com sede no Município de Contagem.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.840/2007 pretende declarar de utilidade pública o Centro Infantil e Social Pequeno Príncipe, com sede no Município de Contagem, que possui como finalidade precípua prestar assistência a menores e suas famílias, bem como desenvolver atividades de caráter educativo e social junto aos moradores do Bairro Vila Barraginha e adjacências. Nesse sentido, oferece, por meio de creche e outros estabelecimentos, amparo e educação a crianças que necessitam de proteção, promovendo meios para sua subsistência, oferecendo-lhes alimentação, além de assistências médica e odontológica gratuitas.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.840/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2007.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 37/2007

Comissão Especial

Relatório

De autoria de um terço dos membros da Assembléia Legislativa e tendo como primeiro signatário o Deputado Durval Ângelo, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2007 extingue o Tribunal de Justiça Militar e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 29/11/2007, a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 111, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta de emenda à Constituição em exame tem como objetivo promover a extinção da Justiça Militar Estadual, mediante a extinção do Tribunal e dos Conselhos de Justiça Militar. Nos termos da proposição, as atribuições que tocam a esses órgãos judiciários seriam transferidas ao Tribunal de Justiça.

A extinção que se pretende instituir impõe, naturalmente, a supressão não só do dispositivo constitucional referente à existência da Justiça Militar (art. 96, III) como também das demais normas constitucionais atinentes a esse ramo do Judiciário Estadual.

A proposição estabelece que os servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar passarão a integrar os quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, mantida a classe de origem.

Há ainda a previsão do repasse dos bens patrimoniais do Tribunal de Justiça Militar para o acervo patrimonial do Tribunal de Justiça.

Quanto às verbas orçamentárias, as dotações e previsões de despesas do Tribunal de Justiça Militar, aprovadas por lei, serão realocadas ao orçamento do Tribunal de Justiça.

Expostas, em linhas gerais, as principais disposições contidas na proposição, cumpre passarmos a sua análise.

A questão relativa à extinção da Justiça Militar tem sido objeto de intensa polêmica no meio político-jurídico, não faltando aqueles que apontam a necessidade de sua extinção, em contraste com os que defendem a manutenção desse ramo da Justiça. Ressalte-se que, recentemente, por ocasião da reestruturação da Justiça Estadual, em que foi extinto o Tribunal de Alçada, passando suas atribuições ao Tribunal de Justiça, também se cogitou da extinção da Justiça Militar, conforme constava do texto original da proposição que previa a referida reestruturação. Contudo, após intensa discussão política, concretizou-se tão-somente a extinção do Tribunal de Alçada.

Não nos parece adequado proceder à extinção da Justiça Militar, dada a especificidade de que se revestem as causas de competência desse ramo judiciário, sendo impróprio incluí-las por completo no âmbito de competência de órgãos que não sejam eminentemente militares. Com efeito, é sabido que as causas da Justiça Militar devem ser decididas à luz dos rígidos princípios da hierarquia e da disciplina, próprios do ambiente castrense, os quais, naturalmente, são mais bem aferidos e sopesados por julgadores afeiçoados às práticas militares. A própria tipificação dos crimes militares aponta para a necessidade indeclinável de um ramo da Justiça especializado para processá-los e julgá-los. Basta citarmos alguns crimes militares, como, por exemplo, abandono de posto, motim, delito do sono, insubordinação, entre vários outros que, certamente, mostram-se refratários à apreciação exclusiva da Justiça comum. Na apreciação desses delitos, faz-se mister que os julgadores tenham a vivência prática do dia-a-dia da corporação militar, tanto para ajuizar da gravidade e da extensão do delito, quanto para aferir, na devida proporção, a pena aplicável. Daí a necessidade de se manter ao menos a Justiça Militar de 1ª instância. Por outro lado, há sempre o risco concreto de decisões corporativistas, de modo que seria necessário que, em 2ª instância, a matéria fosse revista pelo Tribunal de Justiça, por meio de câmaras especializadas em matéria militar. Para isso, faz-se necessário extinguir o Tribunal de Justiça Militar, mantendo-se, porém, os Conselhos de Justiça Militar.

Com efeito, a existência do Tribunal de Justiça Militar não condiz com o paradigma do Estado Democrático de Direito, refratário a qualquer forma de corporativismo. De outra parte, razões de racionalidade administrativa também concorrem para justificar a extinção do Tribunal de Justiça Militar. De fato, considerando que, no âmbito da Justiça comum, é possível criar câmaras especializadas em matéria penal militar, por que razão manter estruturas administrativas paralelas, com todos os custos de pessoal e de infra-estrutura que isso implica?

Outra alteração que se impõe consiste em garantir que as auditorias militares (que correspondem à 1ª instância do juízo militar) estejam sediadas em Belo Horizonte, de modo a evitar que haja pressão indevida dos comandos locais e regionais de policiamento nos processos por elas julgados.

Para empreender as alterações propostas, formalizamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Extingue o Tribunal de Justiça Militar, mediante alteração da Constituição do Estado, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O § 7º do art. 39, a alínea "b" do inciso IV do art. 66, o inciso XXIII do art. 90, o inciso III do art. 96, o inciso III do art. 98, o art. 103, a alínea "b" do inciso I e o inciso II do art. 106, o art. 109 e o art. 111 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 – (...)

§ 7º – O Oficial somente perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão do Tribunal de Justiça ou de tribunal especial em tempo de guerra, e a lei especificará os casos de submissão a processo e o rito deste.

(...)

Art. 66 – (...)

IV – (...)

b) a criação, transformação ou extinção de cargo e função públicos de sua Secretaria, sob o regime jurídico único dos servidores civis, e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto nos arts. 24, §§ 1º e 2º, e 32;

(...)

Art. 90 – (...)

XXIII – nomear Conselheiros e os Auditores do Tribunal de Contas, nos termos desta Constituição;

(...)

Art. 96 – (...)

III – os Conselhos de Justiça Militar;

(...)

Art. 98 – (...)

III – o acesso ao Tribunal de Justiça far-se-á alternadamente por antigüidade e merecimento, apurados, respectivamente, entre os Juizes de Direito da entrância mais elevada.

(...)

Art. 103 – Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

I – eleger seu órgão diretivo;

II – prover os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição e os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

III – conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juizes e servidores que lhe forem imediatamente vinculados;

IV – expedir decisão normativa em matéria administrativa de economia interna do Poder Judiciário;

V – por iniciativa de seu Presidente, elaborar o Regimento Interno e organizar sua Secretaria e os serviços auxiliares, e os dos juizes que lhe forem vinculados.

Parágrafo único – Para a eleição a que se refere o inciso I do "caput", terão direito a voto todos os membros do Tribunal.

(...)

Art. 106 – (...)

I – (...)

b) o Secretário de Estado, ressalvado o disposto no § 2º do art. 93, os Juizes de Direito, os membros do Ministério Público, o Comandante-Geral da Polícia Militar e o do Corpo de Bombeiros Militar, o Chefe da Polícia Civil e os Prefeitos Municipais, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

(...)

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas em primeira instância, ressalvadas as de competência de Tribunal Federal ou de órgãos recursais dos juizados especiais;

(...)

Art. 109 – A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça, cujas decisões serão revistas, em grau de recurso, pelo Tribunal de Justiça, por suas câmaras especializadas.

§ 1º – A administração da Justiça Militar de primeiro grau far-se-á por seis auditorias sediadas em Belo Horizonte.

§ 2º – Lei complementar definirá a circunscrição regional de cada uma das auditorias de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º – Cada auditoria constitui-se de um Juiz de Direito Titular e um Juiz de Direito Substituto do Juízo Militar.

(...)

Art. 111 – Compete à Justiça Militar processar e julgar o policial militar e o bombeiro militar em crime militar definido em lei, e ao Tribunal de Justiça, por câmara especializada, decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça."

Art. 2º – Ficam acrescentados ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado – ADCT – os seguintes artigos:

"Art. 130 – O cargo de Juiz Civil do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais será transformado em cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na data de extinção do Tribunal de Justiça Militar.

Parágrafo único – O cargo a que se refere o "caput" deste artigo extingue-se com a vacância.

Art. 131 – Os servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar passam a integrar os quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 132 – Os bens patrimoniais do Tribunal de Justiça Militar passam a integrar o acervo patrimonial do Tribunal de Justiça.

Art. 133 – As verbas, as dotações orçamentárias e as previsões de despesas do Tribunal de Justiça Militar, aprovadas por lei, serão alocadas ao orçamento do Tribunal de Justiça."

Art. 3º – Ficam revogados os arts. 110 e 124 da Constituição do Estado.

Art. 4º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

Adalclever Lopes, Presidente e relator - Domingos Sávio - Leonardo Moreira - Durval Ângelo - Paulo Cesar.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.560/2007

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Juninho Araújo, torna obrigatória para as construtoras e imobiliárias a especificação da tensão da rede elétrica, nos respectivos pontos de energia, dos imóveis que serão vendidos e alugados.

A Comissão de Constituição e Justiça deixou de emitir parecer sobre a matéria, tendo em vista a aprovação em Plenário de requerimento de perda de prazo.

Vem agora a proposta a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende garantir ao consumidor o conhecimento acerca da voltagem dos pontos de energia elétrica existentes nos imóveis vendidos ou alugados no Estado. Segundo o autor da matéria, essa identificação se faz necessária para evitar a queima e a danificação de aparelhos elétricos e eletrônicos, poupando o consumidor de prejuízos desnecessários e evitando acidentes domésticos.

A energia está disponível ao consumidor brasileiro segundo os padrões de voltagem estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A voltagem adotada pelas concessionárias desse setor para o fornecimento de energia na classe residencial, em Minas Gerais, é de 127V, que corresponde ao padrão dos equipamentos elétricos e eletrônicos à venda no comércio do Estado.

A implementação de tais medidas, nos moldes propostos, pode gerar custos significativos, que, evidentemente, serão repassados ao consumidor, uma vez que os imóveis disponíveis para venda ou locação teriam de sofrer alterações de modo a tornar identificáveis os pontos de conexão de aparelhos elétricos.

Essa a razão da formulação do Substitutivo nº 1, que tornaria obrigatória a identificação, apenas e exclusivamente nos imóveis novos, dos pontos de energia elétrica com voltagem diferente do padrão estabelecido para o Estado, os quais, efetivamente, podem apresentar algum risco de dano ao consumidor.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.560/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Torna obrigatória a identificação da voltagem nos imóveis novos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O fornecedor de imóvel novo, residencial ou comercial, fica obrigado a identificar, nos pontos de energia elétrica, a voltagem quando esta for diferente da estabelecida como padrão para o Estado.

Art. 2º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às penalidades previstas nos arts. 56 a 60 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio, relator - Célio Moreira - Walter Tosta.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 384/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 384/2007, de autoria do Deputado Sebastião Helvécio, que declara de utilidade pública a Creche Comunitária Antônio e Maria Geny Barbosa, com sede no Município de Juiz de Fora, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 384/2007

Declara de utilidade pública a Creche Comunitária Antônio e Maria Geny Barbosa, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Creche Comunitária Antônio e Maria Geny Barbosa, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Ademir Lucas, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 791/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 791/2007, de autoria do Deputado Ademir Lucas, que declara de utilidade pública a Organização de Respeito à Vida - Orvi -, com sede no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 791/2007

Declara de utilidade pública a entidade Organização de Respeito à Vida - Orvi -, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Organização de Respeito à Vida - Orvi -, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.435/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.435/2007, de autoria do Deputado Irani Barbosa, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação de Vidas – IPFAV –, com sede no Município de Santa Luzia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.435/2007

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação de Vidas – IPFAV –, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação de Vidas – IPFAV –, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Ademir Lucas, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.491/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.491/2007, de autoria do Deputado Tiago Ulisses, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros dos Tenentes e das Furnas – Amatef –, com sede na cidade de Extrema, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.491/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros dos Tenentes e das Furnas – Amatef –, com sede no Município de Extrema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros dos Tenentes e das Furnas – Amatef –, com sede no Município de Extrema.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Ademir Lucas, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.501/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.501/2007, de autoria do Deputado Vanderlei Miranda, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio e Beneficência Cristã de Minas Gerais – Asbec –, com sede no Município de São José da Lapa, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.501/2007

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio e Beneficência Cristã de Minas Gerais – Asbec-MG –, com sede no Município de São José da Lapa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio e Beneficência Cristã de Minas Gerais – Asbec-MG –, com sede no Município de São José da Lapa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.538/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.538/2007, de autoria do Deputado Weliton Prado, que altera a Lei nº 15.312, de 2 de setembro de 2004, que declara de utilidade pública a unidade da Sociedade Caritativa e Educacional São Jerônimo, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.538/2007

Altera a Lei nº 15.312, de 2 de setembro de 2004, que declara de utilidade pública a unidade da Sociedade Caritativa e Educacional São Jerônimo, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 15.312, de 2 de setembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a unidade da Associação Beneficente e Cultural São Jerônimo com sede no Município de Uberaba."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.591/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.591/2007, de autoria do Deputado Rômulo Veneroso, que declara de utilidade pública o Centro de Assistência Social Ebenézer, com sede no Município de Betim, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.591/2007

Declara de utilidade pública o Centro de Assistência Social Ebenézer, com sede no Município de Betim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Assistência Social Ebenézer, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.605/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.605/2007, de autoria do Deputado Jayro Lessa, que declara de utilidade pública o Dejord – Desafio Jovem do Rio Doce, com sede no Município de Governador Valadares, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.605/2007

Declara de utilidade pública a entidade Desafio Jovem do Rio Doce – Dejord –, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Desafio Jovem do Rio Doce – Dejord –, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.634/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.634/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores Organizados de Natércia – Amon –, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.634/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores Organizados de Natércia – Amon –, com sede no Município de Natércia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores Organizados de Natércia – Amon –, com sede no Município de Natércia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.646/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.646/2007, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, que declara de utilidade pública a Associação Assistencial Três Reis Magos, com sede no Município de Caldas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.646/2007

Declara de utilidade pública a Associação Assistencial Três Reis Magos, com sede no Município de Caldas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial Três Reis Magos, com sede no Município de Caldas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.647/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.647/2007, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Ferreiras, com sede no Município de Pedro Leopoldo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.647/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Ferreiras, com sede no Município de Pedro Leopoldo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores de Ferreiras, com sede no Município de Pedro Leopoldo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.649/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.649/2007, de autoria do Deputado Fahim Sawan, que declara de utilidade pública a Creche Dora Ribeiro, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.649/2007

Declara de utilidade pública a Creche Dora Ribeiro, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Dora Ribeiro, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.651/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.651/2007, de autoria do Deputado Antônio Júlio, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de São Joaquim de Bicas, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.651/2007

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de São Joaquim de Bicas, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de São Joaquim de Bicas, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.653/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.653/2007, de autoria do Deputado Hely Tarquínio, que declara de utilidade pública a Fundação Cultural e Comunitária Caiapó, com sede no Município de Patrocínio, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.653/2007

Declara de utilidade pública a Fundação Cultural e Comunitária Caiapó, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cultural e Comunitária Caiapó, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.656/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.656/2007, de autoria do Deputado Delvito Alves, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Arrendatários e Moradores da Região do Peri-Peri, com sede no Município de Dom Bosco, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.656/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores e Arrendatários e Moradores da Região do Peri-Peri, com sede no Município de Dom Bosco.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores e Arrendatários e Moradores da Região do Peri-Peri, com sede no Município de Dom Bosco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.666/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.666/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Fraternidade Feminina Estrela do Oriente, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.666/2007

Declara de utilidade pública a Associação Fraternidade Feminina Estrela do Oriente, com sede no Município de Araxá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Fraternidade Feminina Estrela do Oriente, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.679/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.679/2007, de autoria do Deputado Juninho Araújo, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Comarca de São Domingos do Prata - Apep -, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.679/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Comarca de São Domingos do Prata - Apep -, com sede no Município de São Domingos do Prata.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Comarca de São Domingos do Prata - Apep -, com sede no Município de São Domingos do Prata.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Ademir Lucas.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 12/12/2007, a seguinte comunicação:

Do Deputado Hely Tarquínio, comunicando o falecimento do Sr. Oliveira Alves, ocorrido em 11/12/2007, em Patos de Minas.

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 13/12/2007, as seguintes comunicações:

Do Deputado Gustavo Valadares, notificando o falecimento do Cel. Edson Félix Fernandes, ocorrido em 10/12/2007, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

- O Sr. Presidente despachou, em 13/12/2007, comunicação de aprovação conclusiva, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, dos Requerimentos nºs 1.693 e 1.694/2007, da Comissão de Educação, e 1.695 a 1.700/2007, da Comissão de Direitos Humanos. (Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.)

- O Sr. Presidente despachou, em 13/12/2007, as seguintes comunicações:

Das Comissões de Política Agropecuária - aprovação, na 32ª Reunião Ordinária, em 11/12/2007, dos Requerimentos nºs 1.586/2007, da Deputada Ana Maria Resende, e 1.592/2007, do Deputado Doutor Viana; de Turismo - aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 12/12/2007, dos Requerimentos nºs 1.616/2007, do Deputado Deiró Marra, e 1.630, 1.632, 1.638 e 1.664/2007, da Comissão de Participação Popular; de Cultura - aprovação, na 7ª Reunião Extraordinária, em 12/12/2007, dos Projetos de Lei nºs 1.822/2007, do Deputado Sargento Rodrigues,

1.793/2007, do Deputado Wander Borges, 1.734/2007, da Deputada Elisa Costa, e dos Requerimentos nºs 1.595/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, e 1.637, 1.646 e 1.655/2007, da Comissão de Participação Popular; de Administração Pública - aprovação, na 35ª Reunião Ordinária, em 12/12/2007, dos Requerimentos nºs 1.591/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.597 e 1.598/2007, da Bancada do DEM, 1.658/2007, do Deputado Leonardo Moreira, e 1.667/2007, da Comissão de Participação Popular; do Trabalho - aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, em 12/12/2007, dos Projetos de Lei nºs 410/2007, do Deputado Padre João, 890/2007, do Deputado João Leite, 1.608/2007, da Deputada Gláucia Brandão, 1.629/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.687, 1.688/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 1.713/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 1.727/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 1.740/2007, do Deputado Antônio Júlio, 1.743/2007, do Deputado Carlos Mosconi, 1.744/2007, do Deputado Walter Tosta, 1.746/2007, do Deputado Sebastião Costa, 1.757/2007, da Deputada Elisa Costa, 1.769/2007, do Deputado Eros Biondini, 1.773 e 1.774/2007, do Deputado André Quintão, 1.777/2007, do Deputado Almir Paraca, 1.779/2007, do Deputado Célio Moreira, 1.787/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 1.790/2007, do Deputado Chico Uejo, e dos Requerimentos nºs 1.593/2007, da Deputada Gláucia Brandão, 1.603/2007, da Comissão de Direitos Humanos, 1.614/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.643, 1.656 e 1.657/2007, da Comissão de Participação Popular; de Assuntos Municipais - aprovação, na 31ª Reunião Ordinária, em 12/12/2007, dos Requerimentos nºs 1.584 e 1.585/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.599/2007, do Deputado Wander Borges; 1.612, 1.613 e 1.615/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.648/2007, da Comissão de Participação Popular; e de Defesa do Consumidor - aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 13/12/2007, do Requerimento nº 1.642/2007, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se).

CORRESPONDÊNCIAS DESPACHADAS PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 12/12/2007, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, encaminhando cópia do Ofício nº 1.313/2007, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Elmo Braz, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando a estimativa de impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 1.760/2007. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.760/2007.)

Do Sr. Sebastião Navarro Vieira, Prefeito Municipal de Poços de Caldas, prestando informações em atenção a pedido da Comissão de Justiça, relativo ao Projeto de Lei nº 1.690/2007. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.760/2007.)

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações em atenção a pedido da Comissão de Justiça, relativo ao Projeto de Lei nº 1.683/2007. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.683/2007.)

Do Sr. Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.301/2007, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.268/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, informando, em atenção ao Ofício nº 2.539/2007/SGM, da impossibilidade de comparecimento à reunião da Comissão da Segurança Pública para debater o Programa Lares Geraes e indicando o Sr. Wagner Vidal, Delegado de Polícia. (-À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sra. Moema de Fátima Sales Rocha, Ouvidora Agrária Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.446/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Dimas Wagner Lamounier, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, informando da liberação de recursos financeiros do FGTS à Copasa-MG, referentes às parcelas dos contratos que menciona. (-À Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para os fins do art.74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.269/2007, do Deputado Djalma Diniz.

Do Sr. Carlos Fernando Pereira, Vereador à Câmara Municipal de Divisa Nova, solicitando apoio à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, em tramitação nesta Casa, para que se efetue a transferência desse Município da Comarca de Cabo Verde para a de Alfenas. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007.)

Da Sra. Maura Márcia Oliveira, da Secretaria de Procedimentos Administrativos do Procon Estadual, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.242/2007, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Da Sra. Luíza Pinto Coelho, Presidente da Federação das Apaes do Estado, encaminhando documento que trata do posicionamento do Movimento Apaeano sobre a Política Nacional de Educação Especial. (- À Comissão do Trabalho.)

CORRESPONDÊNCIA

O Sr. 1º-Secretário despachou, em 13/12/2007, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 143/2007*

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei complementar que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências.

Por relevante faço anexar a Exposição de Motivos elaborada pela Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor à elevada análise de seus Nobres Pares, o projeto em questão.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Encaminho a Vossa Excelência exposição de motivos do projeto de lei complementar que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências.

A extinção destes cargos faz-se necessária em virtude do projeto de lei que cria junto à Secretaria de Estado de Governo, a Assessoria Técnico-Consultiva, órgão incumbido de prestar assessoria técnico-legislativa ao Poder Executivo e aos demais órgãos e entidades do Estado em todos os seus aspectos, incluído o preparo da redação de decreto e de projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado e respectiva mensagem, a serem enviados ao Poder Legislativo, bem como a fundamentação de razões de veto, com o que fica completado o círculo de competência.

Importante ressaltar que a extinção destes cargos permitirá a criação do mesmo quantitativo de cargos no projeto de lei que cria a unidade na Secretaria de Estado de Governo sem acréscimo na folha de pagamento do Poder Executivo.

À vista dos argumentos, como os acima alinhados, é que encaminho a Vossa Excelência, o projeto de lei incluso.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência nossa manifestação de estima e consideração.

Respeitosamente,

Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.

Projeto de lei complementar nº 37/2007

Extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado, a que se refere o Anexo Único da Lei Complementar nº 30, de 10 de agosto de 1993, e alterações posteriores:

I - um cargo de Consultor Legislativo-Chefe, código 656; e

II - onze cargos de Consultor Técnico-Legislativo, código 654.

Parágrafo único - Os cargos extintos neste artigo serão identificados em decreto.

Art. 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 30, de 10 de agosto de 1993:

a) incisos XVIII e XIX do art. 3º;

b) alínea "b" do inciso III do art. 4º;

c) inciso XVI do art. 7º;

d) inciso VII do art. 11;

e) arts. 13 e 15;

f) o parágrafo único do art. 14;

g) o § 1º do art. 16;

h) o § 1º do art. 35;

II - a alínea "b" do inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005; e

III - o art. 18 da Lei Complementar nº 92, de 23 de junho de 2006.

Art. 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

118ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 5/12/2007

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, volto a ocupar esta tribuna para abordar o assunto segurança no campo. Há aproximadamente 90 dias, apresentei requerimento, aprovado pelas Comissões de Segurança Pública e de Política Agropecuária e Agroindustrial - contamos com o apoio do Deputado Sargento Rodrigues -, propondo a realização de audiência pública. Ela ocorreu em São Sebastião do Paraíso e contou com a participação de mais de 600 pessoas.

Cumprimento as Polícias Militar e Civil, que reagiram: foram mais de sete ações fortes em nossa região, levando maior segurança ao campo. O resultado foi muito positivo. Agradeço ao Secretário Maurício Campos e ao Chefe da Polícia Hélio dos Santos Júnior, que tem agido para combater a criminalidade em nossa região.

Quero também falar da satisfação com o nosso Governador Aécio Neves, em decorrência das obras importantes que tem feito para Minas Gerais.

O Pró-Acesso realmente traz dignidade para as cidades pequenas. Domingo último, estive na cidade de Claraval, onde se encerrou a construção dessa rodovia ligando Claraval a Ibiraci. São 24km de altíssimo nível, e o povo de Claraval, que está a 15km de Franca e já tinha uma ligação com Franca, no Estado de São Paulo, agora ficou mais mineiro, porque já pode vir para Belo Horizonte, Passos, Cássia e São Sebastião do Paraíso, sem ter de sair de Minas Gerais, passando por São Paulo.

Além disso, também foi lançado o Pró-MG Pleno, em Claraval, que já está recuperando as rodovias estaduais. Existe um trecho de 3km, dentro do Estado de Minas, que já está pronto e recuperado, sem contar os outros 396km, em minha região, que estão tendo uma recuperação muito boa, mediante limpeza, roça e tapagem de buracos, para que possamos andar com tranquilidade.

Nossos cumprimentos ao Governador Aécio Neves e a toda a sua equipe, sobretudo ao Sr. José Élson, do DER, e também à empresa que tem executado um belo trabalho na nossa região. A PPP da rodovia MG-050 prova que o governo tem, sim, de privatizar e buscar parceiros, porque essa é a maneira de gastar os recursos da melhor forma, com mais agilidade, rapidez e qualidade, envolvendo, cada dia mais, a responsabilidade da sociedade por meio da iniciativa privada. Se Deus quiser, isso também acontecerá no sistema prisional, que é caótico em todo o Brasil. Dessa forma, só a privatização, por meio das parcerias, poderá buscar a solução, melhorando a qualidade.

Deputados Domingos Sávio e Inácio Franco, gostaria de falar da nossa luta e da nossa discussão à frente das questões ambientais. Hoje o Decreto nº 44.309 está para ser revisto, após muita discussão nesta Casa. É o momento certo de se fazer isso, do contrário os produtores rurais não se tornarão competitivos no campo, porque quase toda a área, principalmente na minha região, transformou-se em área ambiental, praticamente expulsando o homem do campo, porque ele não tem a mínima condição de trabalhar em razão das multas e dos excessos que têm ocorrido.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Arantes, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento; mais que isso, cumprimentá-lo pelo belo trabalho que tem feito na Assembléia e dizer da satisfação que tive nesta semana, quando visitei a sua querida São Sebastião do Paraíso, uma cidade maravilhosa, em que já tenho laços de amizade e também o privilégio de ser um dos cooperados da nossa Cooparaíso, da qual V. Exa. também faz parte. Pude ouvir de diversas lideranças o testemunho do trabalho sério que V. Exa. tem feito e também dizer-lhes da alegria de tê-lo na Assembléia, a fim de somarmos forças em matérias como essa, isto é, nas questões que envolvem o agronegócio como um todo, como a agricultura e as dificuldades do trabalhador e do produtor rural, e também para adequarmos a legislação, com o objetivo de preservar o meio ambiente.

Sempre tenho dito que hoje, mais que nunca, nós, produtores rurais, somos os primeiros a lutar e a agir, mais que falar, para preservar o meio ambiente, que sabemos ser fundamental à preservação das nossas nascentes, da qualidade do solo e das nossas matas, a fim de termos um ambiente adequado para viver e produzir. Destruindo o meio ambiente, estaremos destruindo as possibilidades de produção de maneira adequada. O que não é aceitável são as atitudes, às vezes autoritárias, de alguns elementos que saem praticando um verdadeiro terrorismo de multas. Por outro lado, é também inaceitável a burocracia que não tem a menor consideração pela luta do produtor, que tem o ano agrícola, ou seja, o momento certo para plantar e cuidar do solo, em função do clima.

Muitas vezes, o produtor entra no mês de junho com o pedido de autorização para preparar uma terra e vê passar o período das chuvas sem nem sequer ter resposta do seu pedido, tendo prejuízos irreparáveis. Portanto, na linha de raciocínio de V. Exa., estamos preparando aquele ciclo de debates, mas, como ficou para o início do ano que vem, teremos, na próxima semana, no dia 13, - e com certeza contaremos com sua presença e sua ajuda -, uma audiência pública, para a qual foi convidado o Secretário de Estado, e esperamos obter algumas mudanças significativas. Primeiro, acabar com multas abusivas; segundo, estabelecer critérios lógicos e racionais para que o licenciamento possa ocorrer. Que ocorra respeitando-se a natureza, mas sem virar um pesadelo para o empreendedor, seja o produtor rural, seja o pequeno empresário, que às vezes fica até dois anos esperando uma autorização, pois quer fazer tudo dentro da lei, de maneira correta.

Obrigado e, mais uma vez, parabéns pelo belo trabalho de V. Exa., que tem representado, de forma muito digna, não só São Sebastião do Paraíso, mas uma ampla região do Sudoeste mineiro.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Agradecemos sua parceria em todos os aspectos na defesa do cooperativismo e do setor agropecuário, principalmente nessas questões ambientais que nos preocupam muito. V. Exa. disse bem, temos de preservar rios, nascentes, fauna e flora, mas temos de preservar também o ser humano. Não adianta ter tudo preservado enquanto o ser humano, o produtor está passando fome e precisa sair de sua propriedade e de seu meio em razão do excesso e da falta de compreensão de técnicos que o penalizam.

Falando de meio ambiente, peço a esta Casa que nos ajude muito a promover ações fortes a respeito do Rio São Francisco, para chegarem ao Presidente Lula. É inadmissível o que está acontecendo, a ponto de o Frei Luiz Cappio fazer greve de fome para mobilizar a sociedade e conscientizar o governo da grande loucura que é o projeto faraônico da transposição do Rio São Francisco. O governo usa o argumento de levar água para os ribeirinhos, para 11 milhões de nordestinos. Sabemos que isso não é verdade. Se o Presidente Lula está mentindo, não sei. Se não estiver mentindo, está mal informado. Quando a própria ANA e órgãos ligados ao meio ambiente e ao governo federal também se posicionam contra a transposição do Rio São Francisco, não é possível que o Presidente esteja mal informado. Então, estaria realizando ações muito erradas. E não são R\$20.000,00 ou R\$20.000.000,00, mas R\$20.000.000.000,00. Isso não é pouca coisa. E com o argumento de levar água para o nordestino, o que também não é verdade, porque a água cai todo ano, em média de 700mm³, em todas as propriedades do Nordeste brasileiro. Se captarmos esses 700mm³ de água com tecnologia simples e barata, ninguém passará sede. E ainda é possível fazer uma exploração familiar na questão agrícola, é possível a pessoa ter água para tomar e comida para se alimentar. Não tenham dúvida disso.

Portanto, há uma interpretação errônea sim, e não podemos admitir que dinheiro seja jogado no ralo, como acontecerá. Em um país em que pessoas vivem debaixo da ponte, em que há favelas aos montes e crianças brincando no esgoto, na porta do seu barraco; em um país onde há isso, falta dignidade para muitas famílias. Enquanto pensam em fazer obra faraônica de transposição de águas, primeiro deveriam levar às famílias saneamento básico, moradia de qualidade, educação integral, para que as crianças não fiquem na rua, substituindo-se, nesse grande aumento do trabalho infantil.

Não seria possível nosso Presidente, nosso meio político perceber isso, voltar atrás e investir dinheiro com prioridade?

Muitas vezes, nós, que fomos Prefeitos, queremos fazer grandes obras, mas vemos as pessoas passarem por dificuldades e investimos onde está o grande problema da nossa sociedade.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Temos debatido essa questão do Rio São Francisco. É bom que nós, Deputados desta Casa, que assinamos um requerimento da frente parlamentar contra a transposição do Rio São Francisco, venhamos à tribuna mostrar aos mineiros a nossa posição, a posição dos Deputados desta Casa, daqueles que defendem a revitalização do Rio São Francisco.

Como sempre digo aqui nesta Casa, o Rio São Francisco está morrendo e precisa ser revitalizado. Sabemos que hoje os recursos destinados à revitalização desse rio são ínfimos. Realizamos uma audiência pública nesta Casa na qual contamos com a participação do representante da Codevasf, que nos informou sobre o que se previa para a revitalização do Rio São Francisco em Minas Gerais, e os recursos foram muito aquém das nossas necessidades. Mais grave ainda, o representante da Codevasf informou que seriam necessários, no mínimo, 20 anos para haver condições de revitalizar o Rio São Francisco.

Então, numa situação difícil por que passam o rio e as populações ribeirinhas, como podemos pensar em transpor essas águas para o Nordeste? Esse é um projeto, como disse V. Exa., faraônico, que gastará bilhões e bilhões de reais, e não resolverá a situação.

Esse é mais um projeto da indústria da seca que não resolverá os problemas da seca. Ele já foi debatido várias vezes nesta Casa, e hoje temos consciência de que não é o adequado.

Ao falarmos nas dimensões desse projeto, acredito que qualquer pessoa entenda que se trata de um projeto absurdo que estão tentando implantar. O mais grave é que estão tentando iludir a população brasileira, ao falarem que o projeto matará a fome de nosso irmão nordestino, o que, na verdade, não ocorrerá. Se assim fosse, hoje teríamos oportunidade de fazer um compromisso com um Deputado do Norte, Deputado Paulo Guedes: estaremos a seu lado, se for para implantar a água apenas para matar a sede de nosso irmão nordestino. Mas isso não é verdade, é apenas pano de fundo. O que se pretende é implantar esses recursos para interesses empresariais, para o agronegócio e para criação de camarões para exportação. Isso tudo a um custo absurdo, e temos de aproveitar todas as oportunidades para denunciar o fato nesta Casa. Portanto, quero cumprimentá-lo e falar da minha satisfação. V.Exa. é um Deputado que conhece bem o Rio São Francisco, pois a sua cidade está na nascente desse rio. Nós, Deputados, precisamos unir esforços e lutar pela revitalização do Rio São Francisco, e não pela sua transposição.

Mais uma vez, cumprimento-o e informo-lhe que estaremos juntos na luta contra o projeto de transposição do Rio São Francisco.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Só para encerrar, espero que o governo Lula repense o projeto de transposição do Rio São Francisco. É hora de investir no social, com casa para quem precisa, com esgoto e saneamento, porque este país tem evoluído muito pouco. A revitalização do Rio São Francisco é viável, mas não se deve nunca falar em transposição, cujo projeto é inviável e não fará bem a este país. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro - Agradeço a generosidade do Presidente Deputado Doutor Viana, que nos concede a oportunidade de falar para os mineiros. Quero cumprimentar os Deputados, as Deputadas, a imprensa, os visitantes. Hoje, pela manhã, tivemos oportunidade de promover uma reunião que considero das mais importantes já realizadas nesta augusta Casa, reunião conduzida e sabiamente administrada pelo grande Presidente, Deputado Carlos Mosconi, da Comissão de Saúde, foi ocasião em que tivemos condição de nos debruçar e debater um tema que não nos alegra, muito menos nos encanta, mas do qual não podemos fugir nem nos distanciar. A imprensa tem noticiado, aliás de forma constante, esses fatos que têm assustado os mineiros e deixado os brasileiros entristecidos. A cada dia que passa, mães e mais mães jogam e abandonam suas crianças, seus bebês no lixo, no esgoto, na Lagoa da Pampulha, no Ribeirão Arrudas, enfim, esse é o cenário lamentável que estamos vivenciando no Estado brasileiro.

Pergunto aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas: "vamos silenciar-nos ou vamos evidenciar a nossa indignação, o nosso repúdio e buscar, de forma harmoniosa, alternativas, se não para erradicar, pelo para atenuar e diminuir esse gravíssimo problema social?"

Tivemos oportunidade de estudar e de verificar, Deputado Rêmoló, que outros países da Europa tiveram condição de implantar a figura jurídica, ora ventilada por este Deputado e abraçada por tantos outros parlamentares, o instituto jurídico denominado parto anônimo. Senhoras e senhores, o que é o instituto parto anônimo? É a oportunidade de a mãe, em um momento de desequilíbrio - são "n" pretextos para que ela proceda assim -, dar à luz sem ter a obrigação de se identificar. Países como França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Japão - aliás, a maior parte dos Estados federados da grande potência Estados Unidos já implantou essa figura chamada parto anônimo.

Vale a pena assinalar, Deputado Dalmo, V. Exa. que presenciou o nosso encontro, que onde foi implementada a figura do parto anônimo se conseguiu a redução - prestem atenção, Srs. Deputados e Sras. Deputadas - do número de abortos e infanticídios, alcançando-se, assim, o intento almejado por esses países: a preservação da vida.

É com base nisso que me apresento aqui hoje, é dessa forma e com esse pensamento que propusemos essa reunião de hoje pela manhã, com a participação de mais de 300 pessoas, de aproximadamente 15 Deputados e Deputadas, do Judiciário, do Ministério Público, do Executivo, de

Secretários de Estado, da Igreja, do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM. Foi uma reunião extraordinária, que nos deu oportunidade de aprender ainda mais sobre esse tema e, ao mesmo tempo, reafirmar a nossa luta e o nosso propósito de promover uma alternativa para essas mães destemperadas e desequilibradas que, lamentavelmente, estão abandonando os seus filhos.

Esse é o nosso dever, essa é a nossa missão como Deputado Estadual, como ser humano, como cristão, e creio que todos pensem da mesma forma. Com muita altivez, todos os esforços serão feitos para preservar e defender a vida dessas crianças, que têm o direito, Deputado Luiz Tadeu Leite, de viver, sonhar, crescer, constituir família, ter filhos e netos, enfim, de realmente ter uma relação familiar iluminada, fraterna e abençoada por nosso Pai celestial.

A participação da Pastoral da Criança foi formidável. Tivemos a oportunidade, de forma mais concreta e positiva, de compreender que, ao mesmo tempo em que é imperioso o aumento das políticas públicas, paralelamente, Deputado Getúlio Neiva, o Estado brasileiro tem o dever maior de encontrar alternativas para acolher essas crianças que querem ter luz, sonhar e viver.

Como todos sabem, não cabe à Assembléia Legislativa a prerrogativa legal de instituir a figura jurídica do parto anônimo, mas todos nós, como mineiros e mineiras, como Deputados e Deputadas, empregados da população mineira, temos a obrigação de discutir esse problema extremamente grave e delicado. A discussão precisa ser grande, maciça, aprofundada, para encontrar alternativas.

Vou referir-me aqui, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a alguns casos que tivemos oportunidade de relacionar diante do acompanhamento da imprensa nacional. São casos de que a imprensa nacional tomou conhecimento, mas há os que ficaram desconhecidos de mineiros e brasileiros. Em um primeiro momento, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, observa-se aqui um bebê encontrado no lixo, em Manaus. Deputada Maria Lúcia Mendonça, em outro momento, bebê e criança são abandonados em casa da Zona Norte; bebê é abandonado em hotel de Pernambuco, com 45kg de drogas - Deputado Durval Ângelo, esse assunto requer muita seriedade e, acima de tudo, muita sensibilidade -; um bebê de três meses, Deputado Ademir Lucas, é abandonado ao lado de 45kg de maconha; um bebê, Deputada Elisa Costa, foi encontrado em Taboão da Serra e ainda se encontra internado. Na outra manchete, senhores visitantes, temos: "Cresce o número de bebês abandonados no Rio de Janeiro". Em outra, uma situação extremamente assustadora, Deputado Ronaldo Magalhães e Deputada Gláucia Brandão: "Vira-lata volta de passeio com pé de bebê na boca no Rio Grande do Sul". E há outros casos ainda: bebê é encontrado, Deputado Doutor Viana, em sacola, no Rio Grande do Sul; bebê é encontrado, Deputado Paulo Cesar, em área de mata fechada, e pasmem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, repleto de feridas causadas por formigas e mais formigas; irmãs encontram bebê em caixa de sapato; corpo de bebê, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é encontrado em depósito de lixo no Distrito Federal; bebê é encontrado em saco de lixo em Minas Gerais.

Esse é o quadro social que estamos vivenciando; esse é o retrato literal da sociedade brasileira e vem reafirmar, com clareza, de forma límpida, que estamos vivendo em dois Brasis: um Brasil rico, das oportunidades, do progresso, da prosperidade, do desenvolvimento; um Brasil que acolhe suas famílias e crianças com carinho, educação qualificada e saúde digna; e, de outro lado, Deputada Gláucia Brandão, um Brasil que está no papel, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal, que, lamentavelmente, ainda não tiveram oportunidade de ser plenamente exercidos e executados pelo Estado brasileiro. Daí, a necessidade imperiosa e inadiável de se buscarem alternativas para acolher essas crianças, haja vista que essas mães, talvez por envolvimento com drogas ou com álcool, ou por insuficiência financeira, problemas psicológicos ou mentais, enfim, por "n" motivos, acabam por escrever essa parte triste na história brasileira.

Alunos do Colégio Santo Agostinho sejam bem-vindos. Hoje, diversos estudantes participaram do nosso encontro denominado Parto Anônimo.

Antigamente, Srs. Deputados, existia a figura da roda exposta, ou a figura da porta transitória ou giratória, que era feita em parceria com orfanatos e com a Igreja Católica. De certo, tiveram oportunidade de eliminar esse problema até na década de 50. Esses problemas foram retomados com mais vigor e com mais felicidade. Daí, a figura do parto anônimo, mais moderna e mais revestida de todas as condições para acolher essas mães. Tenho a certeza absoluta de que, em defesa da vida, em defesa das crianças, haveremos de fazer um grande mutirão, uma grande caminhada em peregrinação, para que essas crianças tenham oportunidade de viver.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e pela audiência pública hoje realizada na Comissão de Saúde, em que se discutiu o parto anônimo. V. Exa. está trazendo para esta Casa uma novidade que, lamentavelmente, temos de enfrentar, debater. Mas é necessário dizer que, dentro do conjunto, dentro do ordenamento jurídico, quando a mãe comete um delito - seria o parto anônimo ou qualquer outra circunstância criminosa -, ela se encontra no estado puerperal. A própria lei, a Criminologia, avalizada pela palavra do nosso querido Reminho, vem ao encontro da necessidade da forma como foi conduzido e cometido o suposto delito. A própria lei assume a distinção: quando a mãe, comete o delito estando em estado puerperal, é beneficiada pela própria lei criminal, desde que se submeta a exame no Instituto Médico Legal, a exame psíquico, conseqüentemente a ser requerido pela autoridade judiciária.

De qualquer maneira, a reflexão é importante. O debate realmente nos apaixonou. Temos de debater, temos de enfrentar, e temos de contribuir, junto à Câmara Federal e ao Senado, com essas novas sugestões. Lamentavelmente, estão ocorrendo outros fatos, mas a Assembléia poderá contribuir com este. Tenho a certeza de que essa audiência, hoje inaugurada por V. Exa., poderá fazer muito em prol dessas mães infelizes, dessas famílias; poderá fazer com que a política pública invista e seja um fator de ordenamento, contribuindo para haver felicidade em todos os lares. Parabéns a V. Exa.!

O Deputado Dinis Pinheiro - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Diante desse cenário triste e sombrio, trago esse tema para ser amplamente discutido e debatido pelas Deputadas e pelos Deputados.

Para finalizar, apresentarei o depoimento de um senhor chamado Renato Costa Monteiro, hoje com 81 anos de idade: "Fui deixado na roda em 29/7/25. Meus pais adotivos me pegaram no hospital em 10/11/26, com 15 meses de vida. Não tenho revolta alguma, só sinto um grande amor pela família que me adotou e me deu uma vida feliz".

Que esse tema, extremamente polêmico, forte e instigante, seja apreciado e estudado por esta Casa. Quero parabenizar o Deputado Ruy Muniz, que imediatamente sugeriu a realização de audiência pública também com a finalidade de estudar o instituto denominado adoção. Lamentavelmente, hoje o processo de adoção é ainda muito burocrático, lento, extremamente moroso.

A vocês, mineiros, nossa mensagem de preocupação, e de que é extremamente importante a discussão, e, acima de tudo, a nossa motivação para encontrar alternativas e soluções para essas mães que, lamentavelmente, estão entristecendo a nossa vida e a nossa história. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi - Querida, em primeiro lugar, Sr. Presidente, parabenizar o Deputado Dinis Pinheiro não só pelo pronunciamento feito agora, nesta tribuna, como também pela iniciativa de organizar uma reunião tão importante como essa realizada hoje, pela Comissão de Saúde, para discutir o chamado parto anônimo, que, aliás, recebeu uma sugestão de mudança de nome. O tema é da maior importância. O assunto é muito antigo, é secular, mas é profundamente oportuno neste momento. Essa questão tão grave, tão rude e tão cruel que estamos vivendo tem sido reagudizada agora, com mães jogando criança nos rios, em lagoas, em latas de lixo, nas condições mais cruéis que pudermos imaginar. Tudo isso foi analisado em um contexto multidisciplinar, com a presença de profissionais da área da saúde, do Judiciário, organizações não governamentais, parlamentares, todos interessados na questão, dando ao tema uma profundidade muito interessante.

A reunião transcorreu em um clima de certa emoção, porque tivemos ali depoimentos de mulheres que trabalham em creches, com muita experiência na área e que fizeram depoimentos extremamente emocionantes. Enfim, é um tema que começa a ser discutido na Casa agora, e naturalmente vai levar um tempo para se chegar a algum encaminhamento.

Essa é uma questão crucial para a nossa sociedade. Trata-se de uma falência do serviço público, uma falência da solidariedade, uma falência das questões humanitárias, uma falência de tudo. A impressão que temos é a de que, ao final dessa história, não sobrou nada. A uma mãe, a uma jovem, a uma adolescente, restou apenas a opção de jogar seu filho fora. Isso retrata, de uma forma muito chocante para todos nós, a realidade social que o Brasil vive.

Quereria aproveitar também a oportunidade, meu caro Presidente, para entrar em uma outra questão relacionada ao tema, a questão da saúde. Ontem a Comissão de Saúde teve uma audiência pública no Barreiro para falar sobre as questões de saúde da região. Foi uma reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Durval Ângelo e solicitada pelo Deputado Célio Moreira. Ela aconteceu numa casa paroquial chamada Cristo Redentor, com a presença do Pe. Dionísio, que organizou a reunião com toda a comunidade, uma reunião realizada para ouvirmos a comunidade.

Ouvimos as queixas das pessoas a respeito da saúde. São queixas pungentes que poderiam ter uma solução mais fácil, mais breve, mais rápida, mas infelizmente não têm. Essa é a verdade. A Comissão de Saúde rodou o Estado inteiro. Estivemos em várias cidades e ouvimos todas as pessoas durante este semestre; mas estamos falando da nossa Capital, de Belo Horizonte, de um bairro importante, dos mais populosos da nossa cidade, o Barreiro. Temos lá um hospital grande, um dos maiores da Fhemig, o Júlia Kubitschek, e temos a UPA da Prefeitura, o posto de atendimento, enfim, uma estrutura de saúde.

Parece-me que há 400 médicos no corpo clínico do Hospital Júlia Kubitschek, no Barreiro. Portanto, não é questão de falta de recursos humanos, de enfermeiras. Há falta pontualmente, aqui e ali. O que não há é estrutura. Ouvimos mãe se queixando de que o filho precisa fazer um exame de endoscopia gástrica, há um ano e meio, mas não consegue fazê-lo, e está perdendo peso. São queixas dessa natureza que estamos ouvindo em Belo Horizonte. Outra mãe diz que seu filho precisa ser operado de amígdala, há meses e meses, e não há como.

Deputado Domingos Sávio, antes de lhe conceder um aparte, e com muito prazer, gostaria de dizer que a Comissão de Saúde, depois de tudo que ouvimos e no intuito de colaborar com o governo, fez uma emenda coletiva para o SUS de Minas Gerais, acrescentando-lhe modestos recursos - 1% do orçamento do Estado para o sistema de saúde, tirando da reserva de contingência para aplicar em setores definidos, aos quais depois irei referir-me.

Isso é o que eu queria dizer, caro Presidente e caros colegas Deputados. Estamos procurando colaborar para um setor claudicante no País. Penso que, em Minas Gerais, as coisas até avançaram - porque temos um bom governo - com sensibilidade; temos um Governador que enxerga as coisas, um bom Secretário de Saúde, com uma boa equipe, que faz um bom trabalho e criou bons programas. Mas ainda falta um pouco mais de injeção de recursos.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Carlos Mosconi, caro amigo e companheiro de partido, de história e de lutas, quero dizer, com muita alegria, que sua presença neste Parlamento já nos dá um ânimo redobrado de chegar um pouco perto do que tem faltado. Na verdade, sabemos que o problema não é de Minas; o Brasil inteiro enfrenta essas dificuldades na área de saúde. O problema não é de um governo ou de um partido, mas histórico. É um problema que tem de ser enfrentado e resolvido - um dos primordiais -, porque estamos falando de vidas humanas. Para isso, é necessário gente que conheça e que tenha de fato compromisso político. Por isso digo que ganhamos muito com a sua presença aqui. Já na Constituição de 1988, na organização do Sistema Único de Saúde, V. Exa. foi um dos timoneiros, um dos que deu todo o norte, a orientação de uma política pública de saúde universal, com princípios de controle social, transparência e gestão municipalizada num processo descentralizado. Isso vem acontecendo, mas falta um pouco mais de conhecimento e de decisões políticas em alguns casos.

A sua proposição é muito oportuna, e considero-me um liderado de V. Exa. nesse processo. Sinto que o ambiente também é propício, porque, como disse V. Exa., temos um Governador que tem mostrado sua sensibilidade para essas questões. Aliás, o Governador fez apelos veementes ao governo federal para que compartilhasse a CPMF, para dar aos governos dos Estados uma capacidade mais imediata de investimento na saúde; alguns apelos para desonerar parte do que é usado como referência para o percentual de pagamento da dívida - o Estado compromete 13% do orçamento -, para poder aplicar mais na saúde. Infelizmente, não tem conseguido ainda sensibilizar o governo federal, que teima em não fazer uma reforma tributária. Então teremos de fazer o sacrifício aqui mesmo. Mas temos um Governador sensível, e, com a sua presença nesta Casa, isso deve caminhar mais rapidamente. E estarei ao seu lado.

Irei, hoje ainda, Deputado Carlos Mosconi, que foi grande Secretário, encontrar-me com o Marcus Pestana. Levo uma preocupação de Divinópolis, onde me reuni, no final da semana passada, na Funed, com o Prof. Gilson Soares, um grande cidadão - foi Diretor Regional de Saúde e hoje é Diretor da Uemg em Divinópolis. Ele, com uma comissão de Vereadores, fez um trabalho, a partir de uma audiência pública da qual participei como Deputado, para verificar saídas para falta de leitos.

Já concluirei. Quando era Prefeito, Divinópolis tinha mais de 400 leitos do SUS em hospitais conveniados, mas atualmente não chega a 200, Deputado Carlos Mosconi. Passaram-se 10 anos, o problema aumentou, e a oferta de leitos diminuiu. Dois hospitais particulares disseram: "Se credenciarem o serviço de cardiologia, atendo pelo SUS; se credenciarem a ortopedia, trabalho para o SUS". Essa é uma relação de contrapartida. É preciso que façamos negociações para resolver esse problema. Sem dúvida, V. Exa. será o timoneiro nesses avanços para Minas Gerais no que diz respeito ao Parlamento. Serei o seu liderado e tentarei somar não só nessa emenda que V. Exa. propõe, mas também em ações como essas que estou procurando resolver não para Divinópolis, mas para o Centro-Oeste. O São João de Deus e aqueles hospitais atendem a mais de 1 milhão de pessoas da região.

Deputado Carlos Mosconi, parabéns pela iniciativa.

O Deputado Carlos Mosconi - Deputado Domingos Sávio, agradeço-lhe as palavras. O seu apoio nessa questão é muito importante para todos nós.

O problema em Divinópolis de diminuição dos leitos do SUS também ocorre em todo o Estado e, de certa maneira, no Brasil inteiro - aliás, nos outros Estados até com maior intensidade. Por quê? Porque esta é que tem sido a triste realidade: o SUS está encolhendo, na medida em que não há recurso, a tabela é muito baixa e os profissionais não querem trabalhar dessa maneira. As condições de trabalho são muito precárias. Temos o aumento da população e da demanda e a diminuição dos serviços. Meu caro Deputado, por isso estamos realizando todo esse trabalho.

Antes de conceder, com muito prazer, o aparte ao Deputado Getúlio Neiva, gostaria de dizer que relacionamos aqui alguns programas da Secretaria de Saúde, tais como Sistema de Transporte Sanitário, que é muito importante para transportar pacientes de uma cidade para outra, a fim de fazer, por exemplo, hemodiálise. É preciso que haja esse transporte sanitário.

O Pró-Hosp foi um bom programa que a Secretaria de Saúde criou por meio do Secretário Marcus Pestana. É preciso estendê-lo para urgência e emergência, porque esse é um dos setores da saúde mais claudicantes no Estado e em todo o País. Ninguém mais quer atender a urgência nem emergência. Isso acontece em Divinópolis, Teófilo Ottoni, Governador Valadares - aliás, em Januária, esse atendimento fechou. Em Pirapora, o pronto-socorro está pronto, mas o Prefeito não quer deixá-lo funcionar, porque não há condições para isso. Em Poços de Caldas, minha cidade, o Prefeito Sebastião Navarro teve de pôr R\$14.000.000,00 dos recursos da Prefeitura, por meio do Departamento Municipal de Eletricidade, para manter o hospital vivo, em razão do déficit que ocorre, principalmente pela urgência e pela emergência. Estamos investindo na questão da saúde preventiva, nesse item, nesse setor, na Farmácia de Minas, no Saúde em Casa. Então, são essas questões, entre outras aqui.

Estamos dizendo de onde vêm os recursos. Não adianta querer votar uma emenda com recurso de R\$225.000.000,00. De onde o retiraremos? Da reserva de contingenciamento. Então isso é possível.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Carlos Mosconi, queria fazer coro com as palavras do nosso grande Líder e companheiro. A presença de V. Exa. realmente enriquece o Parlamento mineiro pela sobriedade, pela seriedade e pelas observações bem-feitas. Queria apenas informá-lo de que, depois da visita da Comissão de Saúde a Teófilo Ottoni, três hospitais foram fechados, e só ficou um. A coisa piorou bastante depois que V. Exa. esteve lá com a Comissão de Saúde.

Queria dizer também que estamos à véspera de uma decisão importante do Senado Federal, pois 40% da CPMF, que, aliás, como Deputado Federal, ajudei a criar, foram desviados pelo governo federal. Aí está uma razão bastante clara da falta de recursos para o SUS. V. Exa. tem sido delicado em não mostrar as mazelas da saúde. Conheço e sei como V. Exa. se tem comportado ao longo da sua vida, equilibradamente, procurando não fazer acusações e pondo as coisas nos seus devidos lugares, com muita mestria. Mas eu gostaria de registrar que, ao fazerem as críticas ao sistema de saúde, devem lembrar que 40% dos recursos da CPMF seriam destinados à saúde. Portanto 40% de R\$40.000.000.000,00 seriam R\$16.000.000.000,00 que deixaram de investir no sistema de saúde. V. Exa. e o nosso Presidente, como médicos, sabem disso. A falência do sistema de saúde está nos desvios feitos pelo governo federal do dinheiro da CPMF. Se continuarem sendo desviados, estão certos os Senadores da República em acabar com essa contribuição, tirem-na das costas dos brasileiros.

O Deputado Carlos Mosconi - Agradeço demais o aparte de V. Exa., que tem toda a razão no que disse. Estávamos juntos na ocasião da criação do imposto.

A contribuição foi criada pelo então Ministro Adib Jatene para socorrer a saúde, que estava numa condição precaríssima, como está hoje novamente. Acho que hoje a situação é até mais grave do que naquela época. Lamentavelmente, os recursos foram desviados para outros setores. Hoje o Senado está brigando para aprovar a CPMF com a pressão do governo federal, mas já com os recursos desviados, como V. Exa. disse. Já tiraram os recursos da saúde e ainda usam-na como moeda de troca para a CPMF. E qual é essa moeda? É a regulamentação da Emenda nº 29, aprovada no ano 2000 e até hoje não regulamentada.

É uma lástima termos de trabalhar em cima de um setor tão vital para a população brasileira, mas tão maltratado pelo governo. Essa é, então, a triste realidade.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Não culpem V. Exa. nem a mim, que estávamos lá criando a CPMF, pois essa culpa não é nossa.

O Deputado Carlos Mosconi - Não é nossa.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Criamos os instrumentos para que o governo pudesse dar assistência à saúde. Da mesma forma, não culpem o Parlamento mineiro por lutar, como estamos lutando, como V. Exa. está lutando, para colocar mais recursos na saúde.

Não temos culpa; a culpa é do Executivo federal, que desvia os recursos. Parabéns, Deputado.

O Deputado Carlos Mosconi - Agradeço a V. Exa., Deputado Getúlio Neiva, que mostrou uma voz possante no nosso Parlamento. Na verdade, não só aqui, mas também fora dele, tem demonstrado isso com muita competência. Agradeço a V. Exa.

Encerro o meu pronunciamento, solicitando a compreensão da Casa, meu caro Presidente Doutor Viana, para esse trabalho coletivo que toda a Comissão de Saúde tem feito. Todos os membros dessa Comissão, Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, assinaram essa emenda por meio da qual a Comissão de Saúde pretende contribuir com seu trabalho para minimizar um problema grave do Estado, que é a questão de saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, inicio minha fala concedendo ao meu Líder de bancada, Deputado Adalclever, que se manifestou... Tudo bem.

Continuarei na mesma linha de raciocínio do nosso colega Deputado João Leite. Antes, saúdo os queridos amigos e amigas da TV Assembléia, os servidores da Casa, os profissionais da imprensa que fazem a cobertura desta reunião, os colegas Deputados e Deputadas. O Deputado João Leite falava da profecia de Amós. No aparte que fiz, disse que conhecer a história do povo de Israel e ter contato com os judeus é ter contato com a Bíblia viva. E viva em todos os sentidos e aspectos, por exemplo quando lemos uma profecia como essa, proferida por Amós, há mais de 2.700 anos. O Prof. Marx Golgher, que é um especialista, um profundo estudioso e autoridade na história de seu povo, sabe perfeitamente que é de se emocionar poder, após 2.700 anos, constatar que um profeta falou do que aconteceria em 1947 e se consolidaria em 1948. É algo emocionante saber que os registros bíblicos, principalmente no tocante às profecias, são verdadeiros e estão se cumprindo.

Temos uma grande referência para a nossa fé cristã no povo judeu. Também temos podido compartilhar dessa comunhão a que o Deputado Domingos Sávio, trazendo à lembrança o Salmo 133, se referiu muito bem, citando a frase que diz o seguinte: "Oh, quão bom e agradável é viverem unidos os irmãos!". Isso está registrado como uma referência para nós; e assim consideramos o povo judeu como um povo irmão.

Estamos felizes por ter, no meio do povo judeu, incluída a pessoa de Jesus, que para nós, cristãos, é a grande referência e o nosso modelo de conduta na fé que processamos, a fé cristã.

Ficamos muito felizes por termos, da parte da comunidade israelita, em Belo Horizonte, essa proximidade, essa amizade e a oportunidade de, em vários momentos, compartilharmos da mesma alegria e, por que não dizer, da mesma fé.

Fico muito honrado de poder comparecer a esta tribuna para, mais uma vez, fazer uma homenagem ao povo judeu. Prof. Marx Golgher, descobri que tenho profundas ligações de raízes com o povo judeu. Num estudo feito por meu colega, o rabino Marcelo Miranda, ele concluiu que ele, como Miranda, e que eu, também como Miranda, saímos de uma mesma região da Espanha. Até então, imaginava que era portuguesa a região, mas o estudo dele mostrou que não. Foram os judeus espanhóis que se instalaram na região em direção à Bahia. Para a minha alegria, a minha família descende dos judeus espanhóis, ou seja, dos Mirandas da Espanha.

Quando, pelo estudo, descobri que tenho essa ligação, mais feliz ainda fiquei. Já nutria uma profunda admiração pelo povo judeu, muito mais por saber que existe essa ligação e que a origem da minha família está exatamente ali, no povo judeu da Espanha. Se não me falha a memória, nos Sefaradins. Fico muito feliz por isso e também honrado por poder fazer parte dessa comunidade e compartilhar de suas alegrias e conquistas.

Oro para que aquilo que está sendo trabalhado neste momento, em relação aos conflitos acontecidos entre os judeus, os palestinos e os árabes, seja levado a bom termo e que se encontre uma maneira de resolver essa situação, mas acima de tudo crendo que tudo o que acontece é cumprimento de uma profecia bíblica que tem os seus desfechos.

Mais uma vez, parabenizo os membros da Nação Israelita da nossa Capital e de todo o Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, hoje é um dia importante para toda a comunidade judaica de todo o mundo, especialmente a de Minas Gerais, que se faz presente na Assembléia Legislativa com alguns de seus líderes. Temos aqui, nesta tarde, na audiência e na reunião plenária da Assembléia Legislativa, nosso líder da comunidade judaica Marx Golgher, Jaime Aronis, representando tantos líderes judeus de Minas Gerais, como o nosso Presidente da Federação Israelita, Sílvio Musman. Lembro também outras grandes figuras como José Weintraub e tantos outros que tantas contribuições têm dado para o nosso país e para o Estado de Minas Gerais, com a Pastora Jane Silva, que representa essa grande união entre Brasil e Israel. (- Lê:)

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, na quinta-feira, dia 29 de novembro, completaram-se 60 anos da histórica decisão da ONU, relacionada à fundação do Estado de Israel. Nessa data, em 1947, na cidade norte-americana de Lake Success, próxima a Nova Iorque, o Presidente da Assembléia Geral da ONU, o estadista brasileiro Oswaldo Aranha, entrou para a história de Israel no glorioso e fundamental capítulo para o povo judeu. Cinquenta e seis países participaram da votação da conhecida Resolução da Partilha - decisão sobre o destino de uma região no Oriente Médio.

A resolução, que decidi pela divisão daquele território em dois novos Estados, um judeu e o outro árabe, foi aprovada. A liderança judaica, naquele período, acatou a resolução, enquanto os países árabes rejeitaram a criação dos dois Estados, negando a legitimação de um Estado judeu, a existência do Estado de Israel na região.

Seis meses após a batida do martelo pelas mãos de Oswaldo Aranha, Israel declarou, no dia 14/5/48, sua independência. Nessas seis décadas, Israel vem buscando a paz com seus vizinhos, sendo que acordos de paz foram assinados com o Egito e a Jordânia. Com os palestinos, Israel já enfrentou períodos de negociações e períodos de terrorismo e violência.

Hoje nos encontramos, mais uma vez, frente à tentativa de resolvermos o conflito através de encontro em Annapolis, Estados Unidos da América, para o lançamento das negociações entre Israel e os palestinos. O objetivo é chegar ao entendimento e ao progresso em direção à concretização de uma visão de dois Estados para dois povos convivendo em paz e segurança.

Comemoramos com grande orgulho e satisfação a data de 29 de novembro, que marca a abertura, há 60 anos, do caminho para a realização do sonho de gerações: a fundação do Estado de Israel.

Sei que Marx Golgher, grande lutador dessa causa, sente essa emoção, que é a mesma de tantos judeus espalhados pelo mundo. Muitos fizeram a volta para a sua casa, a volta para Israel. Recentemente, Deputado e Pastor Vanderlei Miranda, eu, que tive a oportunidade de estar em Israel, fiquei impressionado com um povo que se uniu em tão pouco tempo para criar aquele gigante, aquela infra-estrutura impressionante, aquele país que se desenvolve e que mostra ao mundo um caminho de excelência que os povos devem percorrer.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Cumprimento o nobre Deputado João Leite, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os amigos presentes nas galerias desta Casa e, de maneira especial, nosso querido Marx Golgher, a Pastora Jane e o Sr. Jaime, que hoje representa também essa maravilha da comunidade de Israel. Congratulo-me, juntamente com todos, por esse momento histórico, quando se completam 60 anos da partilha da Palestina pela ONU.

Deputado João Leite, eu, como membro ativo da Renovação Carismática Católica, como missionário na nova evangelização que a Igreja propõe até os confins da terra, gostaria de dizer que nos alegra esse marco histórico, essa data tão importante. Queremos compartilhar não só essas alegrias, mas também a luta do Estado de Israel. Não há como conceber a nova evangelização, a forma carismática de pregar e anunciar o Evangelho sem recorrer a toda a história do povo de Israel. Não haveria cristianismo se não houvesse o povo judeu, que lhe deu origem. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

Quero deixar registrada a identidade desse nosso trabalho carismático, católico, da Renovação Carismática Católica, que tem como uma de suas características o estudo bíblico, a história do povo escolhido, que, a partir do povo de Israel, acaba sendo todos nós, um povo escolhido por Deus. Quero parabenizá-lo e a todos que hoje compartilham dessa festa. Parabéns.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Eros Biondini. Cumprimento de profecias. Enquanto eu falava, recebi um telefonema de Simon Kaplum, que acompanha atentamente esta manifestação que fazemos aqui desta tribuna.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Nobre colega Deputado João Leite, sinto-me um privilegiado por ter nascido no Brasil, País tradicional e historicamente cristão. Particularmente, sinto-me privilegiado por poder compartilhar deste tempo de comunhão com os judeus em Belo Horizonte, com o trabalho da Federação Israelita, com nosso amigo Marx Golgher, que aqui está, e com a Pastora Jane, com quem temos tido oportunidade de, nessa caminhada na busca da unidade, compartilhar de momentos muito ricos e produtivos.

Falar do povo judeu é mergulhar na história da humanidade, do homem. Fico feliz porque afinamos com o povo judeu na fé. Cremos no mesmo Deus. Temos por pai na fé Abraão; na sua linhagem, Isaac e Jacó. Queremos, sempre que pudermos, nas oportunidades que tivermos, principalmente nesta Casa, em que V. Exa. conduz muito bem essa relação com a comunidade israelita de Belo Horizonte e de Minas Gerais como um todo, manifestar nosso apreço e nosso respeito pelo povo judeu.

E estou feliz por ver que o povo judeu é o cumprimento de forma visível e materializada de uma profecia. Quando olhamos para a terra de Israel e vemos uma Nação consolidada, tendo como parte desse projeto de retorno à terra a intervenção de um brasileiro, Oswaldo Aranha, que muito contribuiu nesse processo, isso nos alegra, como brasileiros, saber que temos lá uma participação que foi decisiva para não só a partilha, mas para o próprio restabelecimento do Estado de Israel.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento. Parabéns ao povo judeu pelos 60 anos da partilha, e agora também por completar 60 anos de ressurgimento como Nação, como Estado, com o direito de adquirir ali o seu quinhão de terra.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado. Quero passar a palavra ao Líder da base do governo na Assembléia Legislativa, Deputado Domingos Sávio, que aliás deverá falar da ida do nosso Governador Aécio Neves, recentemente, a Israel, para buscar esse entendimento técnico para o semi-árido mineiro e a experiência vasta em tecnologia que Israel detém; nosso Governador teve esse contato, além de tratar da questão de segurança. Ao mesmo tempo, faço uma saudação ao Deputado e Pastor Antônio Genaro, presente neste Plenário.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado João Leite, oh quão bom que os irmãos vivam em união!

O Deputado João Leite - Salmo 133.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Sim, Salmo 133. Sinto isso de uma forma muito especial com respeito a V. Exa., porque V. Exa. já renunciou o que eu iria dizer. Nós nos afinamos de forma plena nos nossos ideais políticos e comungamos de uma forma muito intensa os nossos sentimentos cristãos.

Agora, como cristão, quero também me dirigir a V. Exa. para me unir em cumprimento ao povo judaico, ao povo de Israel, a esse feito da história da humanidade, a criação do Estado de Israel, algo bíblico que se materializou no século XX, mas que talvez represente o grande desafio do século XXI, o desafio que deve ser construído sob a égide da tolerância e do entendimento.

Foram essas as palavras mais utilizadas pelo nosso Governador na entrevista que concedeu em terras do Oriente, em Israel, quando falava da importância para todos nós, brasileiros, para todo o mundo, de tudo o que se passa e se passou ali.

Estendo esse cumprimento ao Pastor Marx Golgher, à Pastora Jane e às lideranças do povo de Israel aqui no Brasil. Temos a convicção de que, de certa forma, esta também é a pátria do povo judaico, porque aqui vivemos numa harmonia respeitosa. Esse é um povo que muito fez pelo Brasil, às vezes aqui chegando nas situações mais difíceis, mas com espírito de construir e continuam fazendo isso.

Portanto, queremos unir-nos nesse júbilo que V. Exa. manifesta e mais uma vez cumprimentá-lo. Líder é V. Exa.. É meu líder natural não apenas pelo carisma, pelo comportamento, pela ética, pela postura que tem em sua vida pessoal, de cristão e evangelizador, mas especialmente na vida pública, que escolheu para contribuir para a construção de um mundo melhor. Parabéns! Estou me unindo a V. Exa. em júbilo com o povo judeu.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Agradeço muito esses apartes que vieram trazer brilho a esta manifestação tão singela a esse povo a quem devemos tanto.

Em Israel, a comemoração desse dia especial, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores de Israel, em parceria com a confederação e federações israelitas no Brasil, contou com a presença da família de Oswaldo Aranha. No Brasil, vários eventos ocorreram em torno do dia 29 de novembro, visando a homenagear os 60 anos da resolução da ONU e o papel desse estadista brasileiro na qualidade de Presidente da II Assembléia Geral da ONU. Assim, o Brasil, País forjado nas tradições de paz e de respeito aos direitos de autodeterminação dos povos, teve a honra excepcional de participar ativamente, na pessoa de Oswaldo Aranha, da realização da profecia do profeta Amós, proferida há mais de 2.700 anos e escrita em seu livro, no capítulo 9, versículos 14 e 15: "Trarei de volta do exílio o meu povo de Israel; reedificarão as cidades assoladas, e nelas habitarão. Plantarão vinhas e beberão o seu vinho; farão os seus pomares e lhes comerão o fruto. Plantá-los-ei na sua própria terra, e não serão mais arrancados da terra que lhes dei, diz o Senhor teu Deus".

Encerrando, gostaria de convocar a sociedade brasileira a acompanhar e a interceder pelo sucesso das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina para que a paz, o bom-senso e, sobretudo, a vida prevaleçam no entendimento entre os líderes responsáveis por esse grande e histórico entendimento. Muito obrigado. "Shalom"!

119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/12/2007

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, caros colegas, telespectadores da TV Assembléia, boa-tarde.

É um prazer voltar a esta tribuna para falar de um assunto de minha preferência, que é a saúde. Estivemos com o Deputado Carlos Pimenta, também membro da Comissão de Saúde, e com o Secretário de Estado Marcus Pestana, em Brasília, no Palácio do Planalto, no lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento em Saúde - PAC.

Tivemos o prazer de, numa reunião muito concorrida no Planalto, que contou com a presença do nosso Presidente da República e de seu Ministro da Saúde, Temporão, assistirmos ao compromisso firmado para com a saúde nos próximos anos. Um programa audacioso, que, se Deus quiser, será um sucesso para o bem da população de todo o Brasil, que vive o drama da saúde.

A saúde vive um momento de caos em todo o Brasil; no entanto, esse programa veio trazer-nos uma luz no fim do túnel, uma esperança de ver melhorar a saúde no Brasil. É claro que, para isso, vamos precisar da CPMF. Sabemos que os brasileiros estão cansados de impostos, mas, ouvindo os discursos do Prof. Adib Jatene, do Ministro Temporão e de alguns Governadores que ali estavam. E de quase todos Governadores do Brasil, e também o discurso do nosso Presidente, soubemos quanto é importante essa CPMF, porque muito será aplicado na saúde.

A CPMF é um imposto que foi feito pelo Ministro da Saúde, à época, Adib Jatene, imposto esse que era para ser todo aplicado na saúde, mas os recursos foram sendo desviados, e pouco veio para a saúde. E agora vemos a oportunidade de fazer retornar boa parte desse imposto para a saúde. Não podemos abrir mão disso, por se tratar de uma justa causa. Temos de investir na saúde, sobretudo quando nos deparamos com o caos no SUS.

Com a aprovação da CPMF, também será aprovada a Emenda nº 29, que vai determinar quais são os gastos que poderão ser feitos com a verba da saúde. Ouvimos muitos líderes políticos, como Prefeitos, falar que gastam tantos por cento na saúde, mas, na realidade, gasta-se muito pouco em programas de saúde. Esse dinheiro é muito usado nas Pastas de Ação Social e de Obras, deixando-se a saúde de lado; no entanto, eles continuam dizendo que usam mais de 20% de seus recursos com a saúde. Então, para que a Emenda nº 29 seja regulamentada e o programa audacioso do governo federal seja uma realidade, com médicos em escolas, mais incentivo ao Programa Saúde da Família, cirurgias programadas, etc., é imprescindível que a CPMF seja aprovada e continue no ano que vem. Esse imposto é democrático, porque não pode ser sonegado. Boa parte dos impostos são pagos pelos consumidores, e igual a todo o mundo, pois, ao comprarmos um produto, pagamos imposto. A população menos favorecida está pagando mais impostos, pois a CPMF já vem descontada e não pode ser burlada; e, entretanto, quem dá mais cheques paga mais.

Esse imposto precisa continuar, e esperamos que o Senado se sensibilize para votar a favor da CPMF e tenhamos um programa de saúde. Estivemos no Palácio da Liberdade com nosso Governador Aécio Neves e vimos seu compromisso com a saúde. Sabemos que, com a regulamentação da Emenda nº 29, o governo precisará investir mais em saúde.

Hoje participamos de uma cerimônia de entrega de recursos para as Prefeituras construírem a unidade básica de saúde, e abro um parêntese para cumprimentar o Prefeito de Várzea da Palma, um médico que foi agraciado por cumprir todos os compromissos com o PSF. Uma cidade de cerca de 30 mil habitantes, em que há 13 equipes do PSF; fossem apenas 10, já seria número suficiente para atender a mais de 70% da população, e 13 equipes que funcionam muito bem. A Comissão de Saúde visitará Várzea da Palma na próxima semana para ter mais condições de sempre defender o PSF. Este é um exemplo de PSF: 13 equipes PSF que funcionam bem, cumprindo todas as metas que o governo exige, recebendo hoje homenagem no Palácio.

Sr. Presidente, iremos a Várzea da Palma para conhecer todo o PSF dessa cidade. Muitos dizem que o PSF só dá certo em cidade pequena, mas, muito pelo contrário, Belo Horizonte tem um excelente PSF, e o Secretário Municipal de Saúde, Helvécio, faz um trabalho excelente, em que mais de 70% da população é atendida. O Programa é reconhecido nacionalmente, e o Helvécio é o Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais. Isso não é à toa. Portanto, se o Programa dá certo em pequenas e grandes cidades, devemos torcer para que todo o nosso Estado seja atendido pelo PSF. Minas Gerais tem o maior PSF do Brasil, maior do que o de São Paulo, que tem o dobro da população. São Paulo deveria ter o dobro das nossas equipes, mas Minas Gerais tem o maior PSF, são 830 Municípios mantendo os serviços. Mas abro um parêntese para dizer que em alguns o serviço ainda é insuficiente, e não poderia deixar de citar Divinópolis. Bato nessa tecla para ver se sensibilizo as autoridades locais, pois não vemos implantação de nenhuma equipe do PSF em nossa cidade, no governo atual. Precisamos bater nessa tecla, pois o PSF é o melhor e a população de Divinópolis está sendo excluída. O programa atende o paciente em casa, fazendo um trabalho mais preventivo, evitando que um caso de diabetes se complique, que um hipertenso tenha um derrame, que haja futuras complicações de doenças que podem ser bem controladas em nível ambulatorial. E em nossa cidade o programa não se desenvolveu, tendo sido um compromisso de campanha levar o PSF até a 70% da população e criar até 40 equipes de trabalho. E não foi criada nenhuma até o momento, uma promessa de campanha que não foi cumprida, como tantas outras na área da saúde.

Por exemplo, o posto de saúde de 24 horas no Bairro São José, para atender a grande parte da população, também ficou nos palanques e não foi atendido pelo Prefeito Municipal, apesar de eu, Vice-Prefeito à época, batalhar e pedir tanto a construção desse posto. Boa parte da população de Divinópolis seria atendida nesse posto de saúde por 24 horas.

Sr. Presidente, nesta semana houve dois eventos importantes da área da saúde em âmbitos nacional e estadual. Aqui várias cidades foram agraciadas, umas com menores Unidades Básicas de Saúde - UBSs -, outras com maiores. Há cidades maiores que receberam até R\$500.000,00. Infelizmente, a nossa cidade não foi agraciada, por não ter cumprido metas do PSF.

Nas cidades onde há investimento na área de saúde, os Prefeitos estão bem com a população, as pesquisas mostram isso. Sabemos quanto o Prefeito de Várzea da Palma está bem com a população. Por outro lado, há cidades que não estão investindo em saúde, principalmente no PSF, como é o caso de Divinópolis, em que o Prefeito teve um índice de rejeição de 60%.

Isso é prova de que investir em saúde não é gastar dinheiro. Ouvimos isso em Brasília. Um executivo que gasta em saúde está investindo. Outra coisa que ouvimos em Brasília: investir em saúde é distribuir renda, porque se pega um bolo de impostos que são pagos aos governos federal, estadual e municipal e o destina à saúde. Quem melhor receberá isso é a população de baixa renda, a que precisa do SUS, que vai ao posto de saúde e faz cirurgia pelo SUS. Então, o que se gasta em saúde é investimento e também geração de emprego. Com esse programa do governo federal, serão criados mais de 3 milhões de empregos.

Ouvimos - e ficamos muitos satisfeitos - que investir em saúde é distribuir renda.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Obrigado. Quero apenas cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento e dizer que sou testemunha do seu esforço em favor da saúde pública de Divinópolis e de toda a região. Lá é uma microrregião.

Ao mesmo tempo que ficamos satisfeitos com o trabalho feito por V. Exa. e também pelo Deputado Domingos Sávio, que é um dos grandes defensores daquela cidade e região, ficamos tristes porque os índices de saúde pública de Divinópolis nos deixam muito preocupados.

Isso não deveria acontecer, pois se trata de uma cidade próxima de Belo Horizonte, cujo IDH é um dos mais altos - felizmente não é igual ao de outras regiões do Estado -, mas, na saúde pública, apresenta resultados negativos. E V. Exa., como membro da Comissão de Saúde, se tem esforçado muito, o que tem chamado a atenção. Mas nada disso, tanto o trabalho de V. Exa. quanto o do Deputado Domingos Sávio, trará resultados palpáveis, se não houver interesse do poder público, do poder concedente de Divinópolis, do Secretário da Saúde e do Prefeito. Se eles não se interessarem pelo problema, infelizmente a cidade não se desenvolverá.

Vejam bem, a falta de leitos e a questão do tratamento oncológico da cidade e da região nos assustam. Quero fazer do meu aparte uma voz a mais para sensibilizar as autoridades municipais. Não adianta, se o Prefeito não vier aqui, não se interessar em criar mais UBSs e equipes do Saúde da Família. As equipes que hoje lá estão são as mesmas que lá estavam quando o Deputado Domingos Sávio era Prefeito. Então, as coisas não estão acontecendo. Acredito que devemos passar esses índices ao Secretário de Saúde, para que ele possa realizar as mesmas ações e intervenções feitas em Teófilo Otôni e Januária, caso contrário não dará. Malhando em ferro frio, não chegaremos a lugar algum.

Temos de abrir a cabeça daquele pessoal de lá para que eles se sensibilizem, para que tenham dó do povo e partam para ações como as que V. Exa. e o Deputado Domingos Sávio estão tendo. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Rinaldo - Eu é que lhe agradeço, Deputado. O Deputado Carlos Pimenta também é nosso colega na Comissão de Saúde e sabe dos problemas que chegam a nossa Comissão sobre as ações de saúde não realizadas em Divinópolis.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Meu caro amigo, Deputado Doutor Rinaldo, quero unir-me a V. Exa., primeiramente para deixar o meu testemunho do quanto tem sido positiva sua presença conosco, unindo-nos para trabalharmos não só por Divinópolis, mas também por toda a região, por toda Minas Gerais. Ainda ontem estivemos com o Secretário de Saúde, e V. Exa. já comentava que, assim, teríamos, de fato, mais chances de conseguir bons resultados. Juntos, estamos buscando mais benefícios e, ao buscá-los para Divinópolis, buscamos para quase 2 milhões de pessoas do Centro-Oeste. Ouvimos lá o mesmo que ouvimos do Deputado Carlos Pimenta. Na última sexta-feira, eu e V. Exa. estivemos reunidos, em Divinópolis, com Vereadores e representantes da comunidade, e ouvimos a mesma coisa: o Poder Executivo Municipal não toma conhecimento de algo que toda Minas Gerais está fazendo, que todo o Brasil está fazendo, investir no Programa Saúde da Família, em saúde básica, a fim de diminuir a internação hospitalar. Mais que isso, esse governo municipal não busca construir, em parceria, aquilo que oferecemos.

V. Exa. sabe que, há quase dois anos, há R\$1.000.000,00 mofando no cofre da Prefeitura, valor que foi depositado há quase dois anos para melhorar o pronto-socorro, o posto de saúde de Ermida, o Cersam. Acredito que até agora eles nem começaram a investir esses recursos, e o povo está morrendo, sentindo falta de um governo municipal que coloque em prática ações concretas de defesa à saúde do nosso povo. Não

desanimaremos por causa disso. Estivemos ontem com o Secretário, e ele assumiu conosco o compromisso de, juntos, trabalharmos para construir um hospital público em Divinópolis, e ainda fazermos parcerias com outras unidades hospitalares lá existentes. Saiba V. Exa. que estarei sempre do seu lado para trabalharmos com o povo de Divinópolis.

Queira Deus que possamos sensibilizar o Secretário Municipal de Saúde e o Prefeito, convencê-los de que não pode ser daquela maneira, com autoritarismo, recusando-se a ouvir os parceiros. Juntos, poderemos fazer algo melhor para o nosso povo, principalmente se eles tiverem a sensibilidade de fazer o que todos os Prefeitos estão fazendo, investindo em saúde da família. Comecei esse trabalho implantando 11 equipes, e ele não implantou nenhuma, embora V. Exa. tenha tentado. Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente. Sr. Presidente, apenas para concluir, gostaria de agradecer a participação do Deputado Domingos Sávio e dizer que a reunião foi importante. Estivemos na Universidade do Estado de Minas Gerais, câmpus de Divinópolis, onde estiveram presentes várias autoridades: Vereadores, o Prof. Gilson, Reitor da Universidade, eu, o Domingos Sávio, mas a grande ausência nessa reunião foi o Secretário Municipal, que deveria estar lá para elaborarmos uma carta, um compromisso, a fim de melhorar a situação da saúde na nossa cidade.

Sabemos que as equipes dos PSFs estão ali funcionando e que foram instaladas no governo Domingos Sávio e de Prefeitos anteriores. Estamos ainda esperando ações concretas na saúde em nossa cidade; que o nosso Secretário participe de reuniões, porque ontem a reunião com o Marcus Pestana, Secretário de Estado, foi importante para chegarmos ao consenso do aumento do número de leitos hospitalares na cidade. Estamos tentando fazer parcerias com os hospitais locais, e o Secretário Marcus Pestana está muito preocupado com a situação na macrorregião Centro-Oeste, de que Divinópolis é a sede, e quer aumentar o número de leitos. A proposta dele é a construção do hospital público. Levaremos isso em frente, e até lá estaremos aumentando o número de leitos em parcerias com os hospitais particulares, levando uma proposta que eles aceitem, pois simplesmente com a tabela do SUS, como o Secretário Municipal propôs ao Hospital São Judas, ninguém concordará.

Sr. Presidente, peço desculpas por ter excedido o tempo. Agradeço a concessão da palavra. Boa-tarde e muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, alunos presentes nas galerias - é um prazer recebê-los aqui, na Casa do povo -, público da TV Assembléia que nos assiste, estou retornando de uma manifestação, de um ato realizado há pouco pelos estudantes e pelos professores da Fumec, que fez, na semana passada, uma série de demissões de professores, absurdamente infundadas e desrespeitosas.

Ontem, na Comissão de Educação, tivemos oportunidade de receber esses alunos e professores e hoje estivemos em frente à universidade, na manifestação dos professores, juntamente com seus sindicatos e com o conjunto do movimento estudantil.

É importante registrar que a Fumec é uma instituição de ensino superior que existe há mais de 40 anos aqui em Minas Gerais; é uma instituição que tem um passado glorioso e que sempre primou pelo aspecto democrático e pelo respeito a seus profissionais; é uma instituição cujos professores, no período da ditadura militar, foram um baluarte na defesa das prerrogativas constitucionais da democracia e da participação popular. Entretanto, recentemente, o que vem ocorrendo na Fumec contraria todo esse passado. São atitudes totalmente arbitrárias por parte da diretoria da escola. As demissões dos professores têm gerado uma série de manifestações, especialmente dos alunos. Trouxe aqui um documento formulado por alunos e professores que diz o seguinte (- Lê:)

"A Universidade Fumec vive um período tenso, envolvendo diretamente dirigentes, professores, funcionários e alunos. Uma demissão em massa de docentes foi anunciada no início desta semana, sem a apresentação dos devidos critérios, como deveria acontecer no ambiente democrático de uma universidade, com a participação dos órgãos colegiados, conforme prevê o art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional."

Esse art. 53 prevê que a universidade, respeitando sua autonomia, deve proceder à demissão de professores com a devida fundamentação e o direito de defesa desses profissionais demitidos, mas isso não foi observado pela Fumec. (- Lê:)

"Tais atitudes arbitrárias são resultado de um longo processo de instabilidade política da instituição nos dois últimos anos, passando inclusive por denúncias de irregularidades administrativas e malversação de recursos financeiros por parte de ex-Diretores das unidades que compõem a Universidade Fumec.

Contrariando o histórico de mais de 40 anos da instituição, que, por ser uma fundação, sempre primou pela transparência e diálogo entre todos os membros da comunidade acadêmica, os últimos acontecimentos reforçam que aqueles que assumiram os destinos das unidades desta universidade, em vez de corrigirem os erros das administrações passadas, vêm tomando atitudes e medidas arbitrárias, agindo como se dela fossem donos. É importante destacar que, por ser uma fundação, a Fumec deve explicações à sociedade, pois goza de privilégios e incentivos fiscais para ter como finalidade única a educação e a cultura. Portanto o Ministério Público precisa acompanhar de perto todos os desmandos que têm pautado as decisões tomadas pelos gestores, geralmente anunciadas ao final de cada semestre, muitas vezes sem conhecimento da própria Reitoria e Presidência da Fundação, instâncias superiores.

No curso de Comunicação Social, por exemplo, professores historicamente comprometidos com a formação humanista dos alunos, alguns deles atuando nessa instituição desde a fundação do curso, foram comunicados pelo coordenador das suas demissões apenas por telefone. Fatores como excelente avaliação institucional, pontualidade e assiduidade às aulas, participação em projetos de pesquisa e extensão, e até prêmios de reconhecimento nacional e internacional, foram atropelados em todo esse processo, demonstrando uma completa falta de critérios para as demissões.

Em solidariedade aos professores, e compreendendo a importância desses critérios em sua formação profissional, alunos de todos os períodos do curso de Comunicação Social, nas habilitações de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, estão mobilizados desde a semana passada, 27 de novembro, em regime de greve presencial, cobrando transparência em todas as instâncias decisórias. Estudantes do primeiro e segundo períodos encaminharam à gestoria da Faculdade de Ciências Humanas - FCH - um abaixo-assinado, no qual comunicavam que, se esses professores fossem mesmo demitidos, solicitariam transferência para outra universidade. Em resposta, a gestoria entrou em contato com os pais de cada um desses alunos, por telefone, comunicando tão-somente que seus históricos escolares já estariam à disposição para as transferências. Como demonstração clara do caráter político das demissões, professores, solidários aos colegas demitidos, também entraram na lista.

Em função de todos os fatos relatados, professores e alunos da Universidade Fumec convidam instituições, entidades e autoridades públicas mineiras para discutir encaminhamentos no sentido de pressionar a instituição a reverter as demissões anunciadas e injustificadas. O Sindicato dos Professores - Sinpro-MG - já oficializou a necessidade urgente de uma reunião com os gestores, a Reitoria da Universidade e a Presidência da Fundação mantenedora da Fumec, para esclarecimento da situação, como já pediu o protocolo assinado por professores, entre demitidos e apoiadores que nem sequer mereceram uma resposta por parte das autoridades dessa instituição.

Com o apoio do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, estão sendo acionadas também a Delegacia Regional do Trabalho e a Procuradoria das Fundações do Ministério Público, esta última tendo em vista que a gravidade dos atos e fatos é suficiente para se pedir a intervenção na Fumec."

Então a situação em que se encontra aquela universidade é bastante grave e muito nos preocupa. São gestos de arbitrariedade por parte da direção, da Fundação. A Comissão de Educação, ao tomar conhecimento da situação na reunião de ontem, convoca uma audiência pública e convida os administradores da Fumec e o Presidente do Conselho de Curadores daquela instituição, para que venham a esta Casa esclarecer os fatos. Da mesma forma, houve também contato com o Ministério Público, solicitando uma audiência com os dois Promotores de Justiça responsáveis pela Promotoria Especializada de Fiscalização das Fundações, para que as denúncias suscitadas sejam devidamente apuradas e investigadas. Contamos também com o Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, que foi muito diligente ao autorizar a transformação da Fumec em universidade, porque, diga-se passagem, a competência para autorizar o funcionamento de universidade seria do Conselho Nacional de Educação. Mas Minas Gerais tem inovado nesse aspecto, e o Conselho Estadual de Educação, dominado pelos donos de universidades particulares deste Estado, tem sido muito ágil, muito diligente para autorizar o funcionamento de instituições particulares de ensino.

Foi muito ágil e diligente em permitir que a Fumec se transformasse em uma universidade. Não que a Fumec não tenha mérito para tal, até porque é uma instituição de muita competência, mas esse mesmo Conselho, quando fica sabendo de denúncias graves como estão ocorrendo no presente momento, cala-se, não se posiciona nem se manifesta sobre a situação.

A Fumec, ao ser transformada em universidade, sem dúvida nenhuma, adquire benefícios, passa a gozar da autonomia, podendo expandir sua rede de oferta do serviço de educação, aumentar o número de cursos, aumentar, inclusive, a autonomia para definir os valores das suas matrículas e mensalidades, mas também tem as obrigações previstas na LDB. Uma das principais é a questão de que nenhum professor pode ser demitido ao bel-prazer dos seus dirigentes, nenhum professor pode ser considerado como uma peça descartável. Deve ser instaurado o procedimento previsto no art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse é um princípio fundamental de um processo democrático que está previsto na LDB para a universidade.

Então, não podemos permitir que essa situação continue como está, especialmente no final do ano, no final do semestre, com diversos alunos às vésperas de concluir seu curso, precisando terminar as aulas, numa situação de completa insegurança jurídica. E a universidade trata a situação como se fosse uma banca de vender verdura na feira, como se fosse uma fábrica de diplomas. Ali há profissionais muito competentes, professores com extrema capacitação, especialmente no curso de Comunicação Social, em que alguns dos melhores profissionais no ramo da comunicação, professores habilitados, premiados internacionalmente e que foram tratados como se fossem uma laranja podre. E a instituição insiste em manter essas demissões arbitrárias, sem nem sequer receber os alunos e os estudantes para conversar e explicar o que está acontecendo.

É muito grave o que vem ocorrendo naquela universidade, naquela fundação, na Fumec. Isso reflete a situação, a plena liberdade que o setor privado de ensino tem tido aqui, em Minas Gerais, sob as vistas grossas do Conselho Estadual de Educação. O setor privado da educação em Minas Gerais, os tubarões do ensino, que têm simplesmente como objetivo os lucros, esquecem suas outras obrigações, que são uma educação de qualidade, o princípio democrático da gestão, o princípio do funcionamento dos colegiados de curso, com representação paritária de professores, servidores e alunos. Nada disso vale para eles. A autonomia só vale para cobrar mensalidade, para abrir novos cursos, para demitir sumariamente professores. A autonomia da qualidade do ensino, a autonomia da gestão democrática e paritária não vale para eles.

Então, não podemos compactuar com esse tipo de atuação e fazemos um apelo público a todos os gestores da Universidade Fumec, ao Presidente do Conselho Curador daquela instituição. O Senhor receberá um convite da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, e tenho a certeza e a convicção de que o senhor não cometerá um desrespeito com o povo de Minas Gerais não comparecendo a esta audiência pública. Tenho convicção de que o Senhor virá à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, trazendo todos os demais Diretores das unidades, para explicar ao povo de Minas Gerais, aos estudantes e professores o que está acontecendo naquela universidade, naquela instituição de Ensino Superior. Essa é a melhor forma de mostrar que ali se faz uma educação de qualidade e respeitosa. Esperamos que os dirigentes da Fumec possam comparecer à audiência.

Caso não compareçam espontaneamente à audiência pública, em respeito aos seus alunos, aos professores e ao povo de Minas Gerais, levantaremos a voz muito mais alto para denunciar o que está acontecendo naquela Fundação. Se houver alguma coisa errada, seremos os primeiros a exigir rigorosa punição a qualquer desvio no campo ético, que fira a democracia e impeça a gestão democrática de uma universidade autônoma de ensino superior. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de saudar todos e todas. O peso no bolso do consumidor, a tarifa de energia elétrica, a conta de luz da Cemig. Muitos trabalhadores já estão começando a receber seu 13º salário, e grande fatia dele já está comprometida com o pagamento da conta de luz, da tarifa de energia elétrica da Cemig. Muitos trabalhadores - o funcionalismo da educação e da segurança pública, que tem um dos menores salários, numa comparação com todos os outros Estados da Federação -, ao longo do ano tiveram que contrair empréstimos para pagar a conta de luz, para não terem a luz cortada.

Mais uma vez vimos denunciar, e temos dados oficiais de pesquisa realizada pela Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - Fecomércio -, que apontou que o item que mais pesa no bolso do consumidor mineiro é justamente a energia elétrica, a conta de luz. Foi divulgado pelos jornais "Estado de Minas", "Hoje em Dia" e "O Tempo" no dia 18/9/2007 que a conta de luz representa quase 22% dos gastos totais das famílias de Minas Gerais. É mais do que o gasto com alimentação e higiene, que, juntos, somam 19,8%. O gasto com a conta de luz também é maior do que os gastos com água, com telefone fixo, com telefone celular, com plano de saúde, lazer e remédios, tudo isso somado.

Temos até uma planilha e verificamos que os lucros da Cemig aumentam a cada dia que passa, justamente pelo valor elevado das tarifas. Há um grande sacrifício das famílias mineiras, porque a Cemig tem aumentado seus lucros. Numa estimativa para 2007, a empresa deve contabilizar um lucro em torno de R\$2.000.000.000,00. Como a Cemig ainda é uma empresa controlada pelo governo de Minas, deveria prevalecer - e não é o que prevalece - o interesse público. Infelizmente, gasta-se muito pouco com o social. Os lucros deveriam ser aplicados na ampliação, na distribuição e na concessão de subsídios para as famílias de baixa renda - o que não acontece -, para a melhoria das condições de trabalho dos empregados - os trabalhadores da Cemig até chegaram a paralisar. Porém, isso não acontece.

A Cemig tem uma complexa estrutura acionária que coloca a maioria do seu capital nas mãos dos investidores estrangeiros. Cada vez querem mais e mais lucros. Isso fez com que a Cemig aumentasse seus dividendos - a parcela do lucro a ser distribuído a seus acionistas -, chegando, em 2005, a entregar quase todo o lucro - mais de R\$1.000.000.000,00 - aos acionistas. Então, grande parte dos lucros da Cemig fica para os acionistas.

Agora vem o "x" da questão, que revolta a população: mais da metade desses dividendos não ficam sequer no Brasil, são distribuídos a acionistas estrangeiros. O dinheiro das famílias mineiras tem enriquecido as reservas de fundos de empresas de outros países. É um grande absurdo.

Este ano já houve um reajuste, que é anual, de 6,5%, e a Cemig não ficou satisfeita e entrou com um recurso na Anel, porque, a princípio, ela queria mais de 23%.

Estamos mobilizados. Para quê? A revisão tarifária ocorre de cinco em cinco anos. Na última, a Aneel autorizou um aumento no valor da conta de energia elétrica da Cemig em mais de 30%. Não há como comparar isso com a inflação. A próxima revisão ocorrerá justamente em abril do ano que vem. O que estamos fazendo? Mobilizando toda a população, fazendo abaixo-assinado, colhendo assinaturas em todas as regiões do Estado. Já apresentei à Mesa a criação da frente parlamentar pela redução da tarifa de energia elétrica da Cemig, a fim de darmos todas as condições para a data da revisão tarifária e garantirmos uma redução significativa. A Cemig não quer a redução, mas sim o aumento do valor da conta de energia no ano que vem. Por isso está atrasando a ligação do programa Luz para Todos, que já deveria ser feito, para jogar esses custos na planilha do próximo ano, a fim de tentar garantir o aumento no valor da tarifa de energia elétrica. Há ainda outras artimanhas. Estamos brigando para derrubar esse recurso que ela impetrou na Aneel. Se não conseguirmos mudar isso, poderá haver aumento na conta de luz. Não podemos aceitar isso.

Tenho dados oficiais aqui - aliás, estão no "site" da Aneel - em relação às revisões tarifárias em alguns Estados e de várias empresas. Na Eletropaulo, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, em que foi feita a revisão, sabem quanto diminuiu o valor da conta da energia? Em mais de 20%, ou seja, 20,65%. Foi feita a revisão também na Bandeirante, empresa de São Paulo, que diminuiu a conta de luz em 13%. Na Celpa, no Pará, a revisão diminuiu-a em 13,6%; em outras companhias de São Paulo, como a Piratininga, 13,6%, e a Eletropaulo Metropolitana, 12,66%; na Companhia do Espírito Santo, mais de 12%; na Companhia do Rio de Janeiro, mais de 11%; e no Ceará, 9%; na Bragantina, de São Paulo, 6%. E por aí vai: Light e Ampla, de São Paulo. Portanto São Paulo, Paraná e Paraíba diminuíram sua conta.

Todavia, em Minas Gerais, há esse absurdo. A Cemig, que tem uma das energias mais caras do Brasil e do mundo, se compararmos com a tarifa residencial, com o ICMS - aliás, a cobrança por dentro pode chegar até a 47% -, cujos lucros são dos maiores e dos mais fabulosos, em vez de diminuir, de forma significativa, quer aumentar o valor da conta de luz. Não podemos permitir isso. Por isso conclamo toda a população de Minas Gerais. Precisamos pressionar, revoltar-nos e nos mobilizar. Faremos pressão e manifestações, inclusive acamparemos à porta da Aneel para acompanhar todos os seus Diretores.

Quanto ao processo de revisão, haverá uma audiência pública - aliás, audiência pública é pública. O povo tem o direito de participar. De uma forma geral, queremos que um maior número de pessoas e de entidades, a população e os estudantes participem, mobilizem-se, compareçam na data da audiência pública e enviem proposta de redução. Qualquer cidadão de Minas Gerais tem direito de enviar "e-mail", cartas. A legislação permite isso. Essa proposta tem de ser avaliada. Faremos panfletos divulgando o endereço eletrônico da Aneel, para que as pessoas enviem cartas. Pressionaremos de todas as formas possíveis. Já fomos ao Mineirão para panfletar, por meio das placas "A energia mais cara do Brasil", e estamos colhendo assinaturas. Na medida do possível, utilizamos o espaço das rádios, das TVs e da imprensa e o boca-a-boca nas praças, nas escolas, nas universidades e nas ruas. Isso é fundamental. Só com a nossa mobilização, conscientização e união criaremos condições necessárias para garantir uma redução de forma significativa. Se ficarmos de braços cruzados, podem ter certeza de que o valor da tarifa de energia elétrica aumentará da maneira como a Cemig deseja. Por isso essa companhia está com várias artimanhas e artifícios, contratando consultorias e pagando muito dinheiro, aliás, sem licitação. Do ponto de vista técnico, altera números para lá e para cá, na distribuição, que tem muitos problemas. Aliás, a qualidade da energia não é lá essas coisas, apesar da divulgação ostensiva por parte da Cemig. Então, é toda essa mobilização que permitirá uma redução significativa do valor da tarifa de energia elétrica. Se isso não for feito, tenham certeza de que há risco de a tarifa de energia elétrica da Cemig aumentar.

Somos, infelizmente, obrigados a ouvir algumas besteiras que nos revoltam. Aliás, elas vêm da própria Cemig, que culpa a população de Minas Gerais. Sabia, Deputado, que a Cemig culpou as residências pelo valor da energia? Sabe qual foi a justificativa para o valor absurdo da conta de luz que o povo não está agüentando mais pagar? Foi a de que a população está consumindo muito pouco. Então, a tarifa de energia elétrica daquela instituição é muito cara pelo fato de a população consumir pouco. Então deveria consumir mais? Isso é uma injustiça, uma maldade sem tamanho.

Há um grande número de famílias que não têm condições de pagar a conta de luz. Todo ano têm, às vezes, o desprazer de ter a luz cortada. Aliás, a Cemig quer mandar o nome de quem atrasa a conta de luz, que já está sendo penalizado pelos altos valores, para o SPC. Temos um projeto para impedir essa barbaridade. Ora, a população já está sendo penalizada. Se não paga é porque não tem condições, pois o valor é muito alto. Querem, agora, colocar o nome dessa pessoa no SPC.

Temos, então, de fazer, de todas as formas legais possíveis, mobilização popular, pressão a fim de sensibilizarmos os Diretores da Aneel para garantirmos, em abril do ano que vem, uma diminuição no valor da tarifa de energia elétrica.

Como eu disse, não se justifica uma companhia de energia elétrica que fechará o ano com um faturamento de quase R\$2.000.000.000,00 querer sacrificar mais a população. Ela está comprando companhias de energia elétrica pelo País afora. Querem comprar, inclusive no Mercosul, nos países América Latina, por exemplo, a Eletropaulo Metropolitana, que tem questionamentos judiciais em São Paulo, a Light no Rio de Janeiro. Querem comprar, mas o lucro vai para o capital internacional. Quem paga a conta é o cidadão, o trabalhador e o consumidor de Minas Gerais.

As pequenas empresas e as microempresas estão pagando um valor absurdo pela energia elétrica. Há indignação também nesse aspecto, pois as grandes empresas, as grandes mesmo, que consomem valores muito altos e que têm lucros também grandes, pagam seis vezes menos o valor da tarifa de energia. Vejamos um exemplo. Uma grande indústria teria de pagar R\$6.000.000,00, por exemplo, do valor da tarifa de energia elétrica. Ela vai lá, negocia com a Cemig, paga, às vezes, R\$1.000.000,00. Então, esses R\$5.000.000,00 quem paga é o trabalhador, o consumidor, os pequenos empresários e os microempresários. Faz-se um rateio e, na planilha de custo, esse valor que dão de desconto para as grandes empresas é jogado para os consumidores, para as pequenas empresas e as microempresas.

Então, essa redução é muito justa. A população não agüenta mais e está revoltadíssima. Só nos últimos dez anos, os aumentos da conta de energia elétrica chegaram a quase 500%. Só neste governo houve um aumento de mais de 100%. Uma tarifa de energia em 2003 que era de R\$50,00 hoje é de mais de R\$100,00. Praticamente dobrou.

Assim, a questão é séria. Dessa forma, quero dizer que temos de nos mobilizar. Não podemos, de maneira nenhuma, ficar de braços cruzados. São vários fatores que concorrem para garantirmos uma redução significativa, gerando economia para vários setores da sociedade, principalmente beneficiando os consumidores.

Essa pressão junto à Aneel é muito importante. Pessoalmente, estarei na porta da Aneel nos dias que antecederem o processo de revisão tarifária. Disponho-me a ficar acampado 24 horas na porta daquela Agência. Levarei o maior número de pessoas possível, justamente para que a grande população tenha conhecimento de seus direitos e possamos, juntos, pressionar. O povo não agüenta mais pagar o valor da tarifa de energia elétrica do jeito que está, pois é o item que mais pesa no orçamento doméstico.

Mais uma vez, solicito a participação dos Deputados na frente parlamentar, para cuja formação já protocolamos requerimento, que está aberto a novas adesões. A participação de todos é muito importante para fortalecer nossa luta.

As pessoas que quiserem ajudar nessa campanha podem entrar em contato em nosso gabinete, cujo telefone é (31)2108-5464. As pessoas poderão fazer um abaixo-assinado em suas cidades. Os Vereadores e as lideranças dos movimentos sociais e das entidades também poderão colaborar conosco. É muito importante a participação de todos vocês nesse movimento. Sabemos que a empresa é poderosíssima, mas não

temos medo. Faremos muita pressão e mobilização. Com união, garra e raça, lutaremos pela diminuição do valor da tarifa de energia elétrica em Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos trazem-me à tribuna desta Assembléia Legislativa, ambos muito delicados. Tenho evitado até tratar do primeiro assunto, relativo à menina presa pelo governo do Pará. Refiro-me a uma menina de 15 anos que já faz parte do noticiário do Brasil e do mundo. Ela ficou presa por 26 dias numa cela com diversos criminosos.

De tudo que já ouvimos, talvez o mais impressionante seja o relatório da Corregedoria de Polícia, da Governadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará. A Corregedora culpa a menina de 15 anos, dizendo que esta se insinuou para os presos. Não sei mais o que pensar desse caso. Tenho evitado ler sobre o assunto, porque é algo que nos choca, pela barbaridade, por aquilo que nunca pensamos pudesse acontecer em nosso país. Imaginávamos que não aconteceria mais nada.

Há ainda algo que chama muito a atenção nesse caso do Pará: a Governadora é mulher; a Juíza que determinou a prisão da menina de 15 anos é mulher; a Delegada que a prendeu em uma cela, por 26 dias, com aqueles homens, é mulher. E, para fechar a tampa do caixão, a Corregedora também é uma mulher, a qual fez um relatório dizendo que a culpa é da menina, a culpa é da menina de 15 anos.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, fiz um requerimento solicitando que tanto a Procuradoria do Ministério Público do Pará quanto a Defensoria desse Estado nos expliquem sobre a situação. A representante do governo, a Sra. Governadora Ana Júlia Carepa, disse que nunca mais vai acontecer isso. Nunca mais vai acontecer isso? Como recuperar uma situação dessa? Como resgatar essa menina? O governo do Pará tem de ser punido, e punido em todos os sentidos. Se não o for neste país, no Brasil, terá de ser internacionalmente, na Corte Interamericana. Todos nós, brasileiros, estamos indignados e temos de acompanhar o transcorrer dos fatos e cobrar a punição do governo do Pará. É inaceitável, não tem como explicar esse caso. A Juíza não tem como explicar, a Delegada não tem como explicar, a Governadora não explica, nem a Corregedora.

Temos de chamar o Corregedor para a Corregedora, porque ela tomou bomba. É inaceitável o seu relatório. Como brasileiros, não podemos aceitar essa situação. Isso envergonha o nosso país. É uma vergonha para o Brasil. É uma vergonha para as crianças brasileiras, para as adolescentes. É preciso haver punição, Deputado Vanderlei Miranda, a quem concedo um aparte.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Muito obrigado, companheiro Deputado João Leite. O que V. Exa. traz, mais uma vez, à tribuna desta Casa, é muito sério. Quando pensamos que já se resolveu tudo e a justiça está sendo feita em favor da família, vemos que o máximo que aconteceu, até agora, foi colocar a família no isolamento. A família está naquele Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - Provita. As vítimas até agora só aumentaram, ou seja, são os membros da família da garota.

Enquanto V. Exa. fazia o seu pronunciamento, eu conversava ali fora com o jornalista e amigo Válter. Entrei no "site" do UOL, onde está a declaração na íntegra dessa Corregedora. Fico imaginando. Corregedora do quê, Deputado João Leite? Ela está corrigindo o quê? Ela está apenas endossando, avalizando os erros e as estupidezes que foram cometidos pelas autoridades que a precederam.

Agora, dizer que a moça que estava dentro da cela provocava os presos! Meu Deus do céu! Dizer que a moça é a culpada! Conversando com um Prefeito que nos visita nesta tarde, dizia que, no Pará, com todo o respeito, creio que tudo acontece ao contrário. Acredito que quem se afoga lá não desce do rio, sobe. Lá é o rabo que abana o cachorro que anda na rua. Porque agora dizem que essa moça é a culpada, tirando a responsabilidade de todos os outros. Já não basta a vergonha a que fomos submetidos quando o País foi exposto nos principais meios de comunicação do mundo - internet, televisão e jornais impressos. Agora vem a Corregedora e passa esse atestado de incompetência, de irresponsabilidade e de desumanidade.

Não dá para ficarmos calados diante de uma situação como essa, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. O Bispo Gilberto lembra aqui: "Será que ela provocou a prisão dela também?". Como V. Exa. disse, o relatório da Corregedora é impressionante. Antes o Delegado-Geral, Chefe de Polícia da Governadora Ana Júlia, disse que ela é débil mental. A explicação do governo do Pará é que a menina é uma débil mental.

Ora, durante toda a entrevista, a Corregedora do governo do Pará defendeu os policiais, dizendo que cabia ao sistema penal ter transferido a garota e que a jovem nunca relatou aos Agentes Prisionais os abusos sexuais que ela sofreu. A culpa seria da menina. V. Exa. lembrou bem que o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas é quase uma penalização para a pessoa, porque ela muda de endereço, de Estado e de identidade. É para alguém que está no limite mesmo.

Até agora, essa menina de 15 anos de idade pagou toda essa conta. E vemos essa irresponsabilidade. A Ministra das Mulheres está calada. Não há uma palavra. O governo federal está calado. O Presidente não se manifesta em relação a essa questão. É preciso haver uma punição. Não é possível que o nosso país aceite que uma menina tenha ficado 26 dias em uma cela com criminosos sendo estuprada todo os dias e que nada seja feito neste país. Essa situação é inaceitável. O País está calado diante de tantas coisas, aceitando.

Outro assunto me traz a esta tribuna: a ida de uma delegação de Deputados a Sobradinho no domingo. Aprovamos um requerimento na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia para nos deslocarmos a Sobradinho, onde o Bispo D. Luiz Flávio Cappio faz jejum, greve de fome em defesa do Rio São Francisco há muitos dias. Tenho feito vários jejuns na minha vida de religioso, por vários motivos. Isso é normal. Quando uma coisa é muito importante para nós, deixamos de nos alimentar, buscando de Deus uma resposta para aquela questão grave. Para um religioso, esse é um sinal claro de algo muito importante. Ao jejuar, o Bispo mostra a Deus que o rio é tão importante para ele que decidiu não se alimentar, buscando intervenção divina.

Se eu puder - e poderei -, juntamente com os Deputados Domingos Sávio, Fábio Avelar, Durval Ângelo e Gil Pereira, Presidente da Cipe São Francisco, irei no domingo encontrar o Bispo D. Cappio. Na ocasião, direi a ele: "Somente Deus, D. Luiz, porque o Presidente já disse que a sua greve de fome é absurda". Ele não respeita nem a iniciativa de um religioso, a oração ou o jejum. A propósito, o ex-Deputado da Assembléia Legislativa de Minas Gerais Antônio Faria Lopes escreveu uma crônica no jornal "O Tempo" sobre os dois Luízes. Ele conta justamente a história do Luiz frei de família abastada, que deixou São Paulo, abandonou tudo para ser franciscano, para viver na pobreza junto ao Rio São Francisco, e do outro Luiz, que deixou o Nordeste e hoje é rico, vive em São Paulo e Brasília. Vale a pena ler esse artigo. O Luiz que deixou o Nordeste e foi viver em Brasília e em São Paulo diz que não haverá negociação e repete que desta vez não negociará com o Bispo.

De acordo com matéria do jornal "Correio da Bahia", a postura forte de Lula sobre o caso, segundo assessores, se deve à situação do próprio Bispo da Barra dentro da Igreja. Sua Excelência entra até nas questões da Igreja, procura ver se o Bispo está apoiado na sua Igreja para, com mão forte, com "mano militare", não discutir mais, não negociar. E ainda reclamou do personalismo, do radicalismo do Bispo que não estava aberto à negociação. O Presidente Lula chegou a lembrar que esteve na região da Barra, na Bahia, mas que D. Cappio não o procurou para

Estadual	1	10.000	1	10.000	1	10.000	1	10.000
Total	1	10.000	1	10.000	1	10.000	1	10.000

Na pág. 95, col. 2, na EMENDA Nº 352, e na pág. 96, col. 1, nas EMENDAS NºS 353, 356 e 357, preenchem-se os espaços vazios na forma que se segue.

EMENDA Nº 352

De:	2008		2009		2010		2011	
	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
	200	900.000	200	900.000	200	900.000	200	900.000
Para:	200	910.000	200	910.000	200	910.000	200	910.000

EMENDA Nº 353

De:	2008		2009		2010		2011	
	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
	4.860	9.208.821	5.346	4.285.443	5.880	4.285.443	6.468	4.285.443
Para:	4.860	9.218.821	5.346	4.285.443	5.880	4.285.443	6.468	4.285.443

EMENDA Nº 356

De:	2008		2009		2010		2011	
	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
	173	7.016.529	342	7.625.754	442	8.312.072	642	9.060.159
Para:	173	7.026.529	342	7.625.754	442	8.312.072	642	9.060.159

EMENDA Nº 357

De:	2008		2009		2010		2011	
	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
	286	12.231.091	340	13.028.841	374	14.070.714	411	15.206.355
Para:	286	12.241.091	340	13.028.841	374	14.070.714	411	15.206.355

* - Fica sem efeito, na errata relativa às emendas ao Projeto de Lei nº 1.615/2007 e publicada na edição de 8/12/2007, a parte referente às EMENDAS NºS 351 a 353 e 355 a 357.